

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CURSO DE INSTRUTOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA/99

PROPOSTA DA CRIAÇÃO DO ESTÁGIO BÁSICO DE EDUCAÇÃO
FÍSICA PARA A POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS.

Autor: 1ºTen PMGO Samuel Arthur Bernades de Faria

35(817.3):355.233.11

São Paulo-2000

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
DIRETORIA DE ENSINO E INSTRUÇÃO
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
CURSO DE INSTRUTOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA/99

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

PROPOSTA DA CRIAÇÃO DO ESTÁGIO BÁSICO DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA A POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS.

Trabalho exigido para obtenção de Licenciatura em Educação Física.

Autor: 1º Ten PMGO Samuel Arthur Bernardes de Faria
Orientador: Cap PMGO Anésio Barbosa

355.233.11
FAR
7/00

São Paulo – 2000

Justas são, Senhor meu Deus, as tuas obras! e quem delas não tira proveito?

Inatingível é a tua grandeza, e o Senhor olha os pequeninos e os chama de filhos.

Na angústia vem e socorre-me e na tristeza abraças-me e chora comigo.

Confiante estou, Deus meu, no teu braço forte, pois sei que força alguma habita em mim.

Espero confiante no Senhor, e na alegria da tua presença rejubila minha alma.

Guia os meus passos na vereda dos justos e impede-me, Senhor meu, de enveredar no caminho do mundo.

Não me deixe perdido nos meus próprios planos, mas cumpre os que tu já planejaste a mim.

Molda, Senhor, o homem que quer de mim e não permita que eu caminhe conforme o meu próprio querer.

Não me deixe, ó Deus, desviar dos teus caminhos, que a minha boca fale o que o teu coração desejar.

Que os teus decretos estejam diante dos meus olhos e os teus juízos sob os meus pés.

Não permita, Senhor meu, que minha mente maquine o mal, mas que os teus mandamentos preencham o meu pensamento.

Ajuda-me em estar nos teus caminhos e que a graça da tua presença encha meu coração de paz.

Arranca de mim os olhos da iniquidade e faça de mim uma mina de fidelidade e justiça.

Faça-me, Deus meu, ter prazer nos teus decretos e nos teus juízos eu venha alegrar-me.

Ansioso estou por conhecer-te meu pai, pois cada manhã surpreendes-me mais.

Um só conselho teu, meu Mestre, vale mais que a mesa cheia de presentes.

Invocar a tua Majestade e ser ouvido e ouvir a sua voz chamando: "Meu filho", honra-me muito mais que a sala cheia de troféus.

Confirma os teus propósitos ó meu Deus, nesta criatura tua e os teus projetos se estabelecerão.

Então faça cumprir em mim os teus planos e não deixes que os meus próprios venham a sucumbir os teus que são eternos.

Assim serei filho teu, a minha boca se abrirá de alegria e o meu coração transbordará de amor.

Samuel Arthur

*Aqui estou de volta à fria São Paulo
com esta dor dilacerante no peito
e somente a lua por companheira
o coração já fragmentado parece não suportar
não contendo as lágrimas...*

*O pensamento vaga para ludibriar a tristeza
mas sou a angústia em pessoa
fúnebres momentos traspasso
a dor é maior que eu
qual cruel solidão padeço!*

*O frio congela meu corpo e a aflição, minha'lma
a saudade é inseparável e dolorosa
tento dormir, não consigo
as lembranças vêm e vão
deixando pedaços de saudade
a cada ida e a cada volta.*

Samuel Arthur

DEDICATÓRIA

À eterna memória de meus pais, Irom Bernardes da Costa e Zulmira Pereira da Costa, pela sublime herança genética, proporcionando-me a saúde física. Pelo esmero na minha educação, favorecendo-me o conhecimento. Sobretudo, pelos sagrados ensinamentos cristãos, proporcionando-me a saúde espiritual.

Aos meus amados filhos, Ayrton Pedro e Yasmini, extensão de minha vida terrena, a quem tributo as obras de minhas mãos, depositando-as aos pés, como firme fundamento para seus passos no caminho da verdade e do bem.

AGRADECIMENTOS

Agradeço incessantemente ao meu Senhor Jesus Cristo pela imensurável graça e abundante misericórdia derramadas em minha vida. Demonstração do seu divino amor.

A minha gratidão a Senhora Kenia, minha amada esposa, pela excepcional dedicação e total abnegação ao meu favor. Pela resignação nos momentos desditosos. Pelo júbilo na felicidade. Pela extremada perseverança... pelo seu conjugal amor.

Os meus sinceros agradecimentos às minhas irmãs Júlia e Débora pela constante demonstração de carinho e apreço. Pela anelação de meu sucesso... Pelo fraternal amor.

Aos meus sogros Pedro Américo e Creuza pelo suporte e o amparo à minha família enquanto distante. Pelo valoroso incentivo à consecução de mais este projeto de vida.

Ao prezado amigo, Tenente da Polícia Militar do Estado de São Paulo Nilson César Pereira, pela proeminente contribuição e relevante auxílio imprescindíveis à confecção deste trabalho.

Ao dileto amigo, Tenente Newton Nery de Castilho da Polícia Militar do Estado de Goiás, pelo oportuno auxílio enquanto a distância dificultava a administração de minha vida particular e pelos essenciais subsídios para a conclusão deste trabalho.

Agradeço à Polícia Militar do Estado de Goiás, pela confiança em mim depositada, proporcionando-me a honra de representá-la perante à ilustríssima co-irmã, Polícia Militar do Estado de São Paulo, durante o Curso de Instrutor de Educação Física/99.

À Polícia Militar do Estado de São Paulo por meio do estimado efetivo da Escola de Educação Física. Pela aconchegante receptividade e prestimoso acolhimento. Por possibilitar-me participar do CI/99.

Aos admiráveis colegas de turma do CI/99 pelos profícuos ensinamentos transmitidos e pelos hilariantes e prazerosos momentos em comunhão.

LISTA DE SIGLAS

- BPCHOQ** – Batalhão de Polícia de Choque;
- BPM** – Batalhão de Polícia Militar;
- BPMRV** – Batalhão de Polícia Militar Rodoviário;
- BPMTRAN** – Batalhão de Polícia Militar de Trânsito;
- CAP PM** – Capitão de Polícia Militar;
- CEL PM** – Coronel de Polícia Militar;
- CG** – Comando Geral;
- CIPM** – Companhia Independente da Polícia Militar;
- CPCHOQ** – Companhia de Policiamento de Choque;
- CPM** – Comando de Policiamento Metropolitano;
- EBEF** – Estágio Básico de Educação Física;
- ESEFEGO** – Escola Superior de Educação Física de Goiás;
- MAJ PM** – Major de Polícia Militar;
- OPM** – Organização Policial Militar;
- PMEGO** – Polícia Militar do Estado de Goiás;
- TEN CEL PM** – Tenente Coronel de Polícia Militar;
- TEN PM** – Tenente de Polícia Militar;

VC – Verificação Corrente;

VF – Verificação Final.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Tabela de avaliação física para homens (provas de campo).....	42
Figura 2 – Tabela de avaliação física para mulheres (provas de campo).....	42
Figura 3 – Circuito da prova de basquetebol.....	45
Figura 4 – Circuito da prova de futebol.....	47
Figura 5 – Tabela das disciplinas e carga horária do EBEF.....	55
Figura 6 – Gráfico relativo à distribuição da população entrevistada.....	66
Figura 7 – Gráfico relativo à população entrevistada.....	67
Figura 8 – Gráfico referente a atividade desenvolvida.....	68
Figura 9 – Gráfico relativo à prática de atividades físicas.....	68
Figura 10 – Gráfico relativo à frequência na prática de atividades físicas.....	69
Figura 11 – Gráfico relativo à razão da prática de atividades físicas.....	69
Figura 12 – Gráfico relativo à razão de não praticar atividades físicas.....	70
Figura 13 – Gráfico relativo ao interesse em praticar atividades físicas.....	70
Figura 14 – Gráfico relativo ao período em que se prefere praticar atividades físicas.....	71
Figura 15 – Gráfico relativo à importância da prática de atividades físicas	71
Figura 16 – Gráfico relativo à existência de condições para a prática de atividades físicas nas Organizações Policiais Militares (OPM).....	72
Figura 17 – Gráfico relativo à existência de instalações destinadas a prática de atividades físicas nas OPM.....	73
Figura 18 – Gráfico relativo ao gosto pela educação física ministrada na Polícia Militar.....	73
Figura 19 – Gráfico relativo às razões por não gostar da prática de atividades físicas dentro da Polícia Militar.....	74
Figura 20 – Gráfico relativo à existência de profissional qualificado para as instruções nas unidades.....	75
Figura 21 – Gráfico relativo à necessidade da existência de profissional de Educação Física para as instruções.....	75
Figura 22 – Gráfico relativo à razão de não gostar da instrução de educação Física.....	76
Figura 23 – Gráfico relativo à aceitação do EBEF na Polícia Militar.....	77
Figura 24 – Gráfico relativo ao posto ou graduação que deve pertencer o	

instrutor ou monitor de Educação Física.....	77
Figura 25 – Gráfico sobre a incompatibilidade de policiais militares de círculos diferentes frequentarem o EBEF em uma mesma turma.....	78



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS	17
CAPÍTULO 2 – PLANEJAMENTO CURRICULAR	34
2.1 Objetivos do Planejamento.....	35
2.2 Requisitos.....	35
2.3 Das Avaliações.....	35
2.3.1 Conceituação.....	35
2.3.2 Tipos.....	36
CAPÍTULO 3 – OS BENEFÍCIOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA	37
CAPÍTULO 4 – A EDUCAÇÃO FÍSICA PRATICADA NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS	39
4.1 A Educação Física Praticada pela Tropa Operacional.....	39
4.2 A Educação Física Praticada pela Tropa Administrativa.....	40
CAPÍTULO 5 – A ESTRUTURACÃO DO ESTÁGIO BÁSICO DE EDUCAÇÃO FÍSICA	42
5.1 Objetivos Gerais do EBEF.....	42
5.2 Do Teste Físico para Inclusão.....	42
5.2.1 Teste de avaliação física.....	43
5.2.2 Da matrícula ao EBEF.....	43
5.2.3 Orientações e instruções para aplicação das provas de campo.....	44
5.2.3.1 Corrida de 100 (cem) metros rasos.....	44
5.2.3.2 Arremesso de peso.....	44
5.2.3.3 Prova de salto em altura.....	44
5.2.3.4 Subida na corda lisa.....	45
5.2.3.5 Salto em extensão.....	45
5.2.3.6 Teste de corrida em 12 minutos.....	45
5.2.4 Prescrições diversas para as modalidades desportivas.....	46
5.2.4.1 Teste de basquetebol.....	46
5.2.4.1.1 Bandeja.....	46
5.2.4.1.2 Drible e condução de bola.....	46
5.2.4.1.3 Rapidez de arremesso (em baixo da cesta).....	47

5.2.4.1.4 Lances Livres.....	47
5.2.4.1.5 Atuação em jogo de basquetebol.....	47
5.2.4.2 Teste de futebol.....	47
5.2.4.2.1 Condução de bola com e sem obstáculo.....	47
5.2.4.2.2 Passes curtos em progresso e precisão.....	48
5.2.4.2.3 Chute a gol.....	48
5.2.4.2.4 Controle individual de bola (embaixadas).....	48
5.2.4.2.5 Atuação em jogo avaliado.....	49
5.2.4.3 Teste de voleibol.....	49
5.2.4.3.1 Toque sobre a cabeça.....	49
5.2.4.3.2 Manchete.....	49
5.2.4.3.3 Saque.....	49
5.2.4.3.4 Atuação em jogo avaliado.....	49
5.2.4.4 Teste de ginástica.....	50
5.2.4.4.1 Rotina de Solo (1 a 10 pontos)	50
5.2.4.4.2 Barra (1 a 10 pontos)	50
5.2.4.5 Teste de natação.....	50
5.2.4.5.1 Nado livre.....	50
5.2.4.5.2 Mergulho livre.....	50
5.3 Duração.....	50
5.4 Funcionamento.....	51
5.5 Da aprovação.....	52
5.5.1 Da verificação corrente (VC)	52
5.5.2 Da verificação final (VF).....	52
5.5.3 Do aproveitamento.....	53
5.6 Da Frequência às Aulas.....	53
5.6.1 Do controle de pontos.....	54
5.7 Do Desligamento.....	55
5.8 Do Estágio Supervisionado.....	55
5.9 Do Certificado e Brevê do EBEF.....	55
CAPÍTULO 6 – CURRÍCULO DO CURSO.....	56
6.1 Grade Curricular.....	56
6.2 Objetivos Particulares de Cada Disciplina.....	57
6.2.1 Anatomia.....	57
6.2.2 Atletismo.....	57

6.2.3 Basquetebol.....	58
6.2.4 Condicionamento Físico Profissional.....	58
6.2.5 Defesa Pessoal.....	58
6.2.6 Fisiologia.....	59
6.2.7 Fisioterapia.....	60
6.2.8 Futebol.....	60
6.2.9 Futsal.....	60
6.2.10 Ginástica Artística.....	60
6.2.11 Ginástica Geral.....	61
6.2.12 Handebol.....	61
6.2.13 Higiene e Socorros de Urgência.....	61
6.2.14 História da Educação Física.....	62
6.2.15 Medidas e Avaliação.....	62
6.2.16 Metodologia do Treinamento Desportivo.....	63
6.2.17 Musculação.....	63
6.2.18 Natação.....	63
6.2.19 Nutrição Aplicada à Educação Física.....	64
6.2.20 Organização e Legislação Esportiva.....	64
6.2.21 Recreação.....	64
6.2.22 Técnicas de Tiro Defensivo.....	65
6.2.23 Voleibol.....	65
CAPÍTULO 7 – DADOS REFERENTES À PESQUISA.....	66
7.1 Tipo de Pesquisa.....	66
7.2 Definição da População.....	66
7.3 Definição da Amostra.....	66
7.4 Coleta de Dados.....	67
7.5 Resultado da Pesquisa.....	67
7.5.1 Questão 1.....	67
7.5.2 Questão 2.....	69
7.5.3 Questão 3.....	72
7.5.4 Questão 4.....	73
7.5.5 Questão 5.....	73
7.5.6 Questão 6.....	74
7.5.7 Questão 7.....	75

7.5.8 Questão 8.....	76
7.5.9 Questão 9.....	77
7.5.10 Questão 10.....	78
7.5.11 Questão 11.....	79
7.6 Conclusão da Pesquisa.....	79
CONCLUSÃO.....	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	83
ANEXO A – CALENDÁRIO.....	85
ANEXO B – QUESTIONÁRIO.....	86
ANEXO C – FOTOS DAS INSTALAÇÕES.....	88
ANEXO D – FICHA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	92
ANEXO E – BREVÊ DO EBEF.....	93
ANEXO F – CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO EBEF.....	94
GLOSSÁRIO.....	95

RESUMO

Monografia referente à proposta de estruturação do Estágio Básico de Educação Física (EBEF) para a Polícia Militar do Estado de Goiás. Inicialmente relata uma sucinta retrospectiva histórica da Polícia Militar do Estado de Goiás. Destaca também a realidade da Educação Física na atualidade praticada tanto pela tropa operacional quanto pela administrativa. Evidencia alguns benefícios da prática regular de atividades físicas. Conceitua o planejamento curricular e mostra suas características, sua complexidade e importância, versando sobre os requisitos para um planejamento. Trata das avaliações, seus tipos e finalidades. Estrutura funcionalmente o EBEF, tratando desde as provas físicas para a inclusão, até a formatura. Apresenta também o currículo com relação de disciplinas com seus conteúdos programáticos. Relata a pesquisa de campo, elaborada por meio de questionário, a situação da instrução de educação física e a indicação da tropa para sargentos e tenentes frequentarem o EBEF. Conclui-se versando sobre a relevância e viabilidade deste projeto.

INTRODUÇÃO

A manutenção da saúde, a diminuição do nível de estresse e a melhoria da qualidade de vida têm sido hoje algumas das maiores preocupações dos seres humanos. A atividade física está intimamente relacionada a estes fatores, pois, praticada de forma sistemática, orientada e regular, tende a contribuir sensivelmente para uma vida mais saudável.

Destarte, em todos os campos da atividade humana evidencia-se essa preocupação. Não é exceção a Polícia Militar do Estado de Goiás que administra uma política de educação física direcionada a seu público interno. Contudo, é obstaculada pela escassez de pessoal qualificado para a ministração de instrução fundamentada em princípios metodológicos e conhecimentos científicos.

Assim, este trabalho apresenta uma proposta para a estruturação de um estágio básico e elementar, que proporcionará a tenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado de Goiás a corroborar conhecimentos outrora adquiridos, sobretudo, propiciando a aquisição de conteúdos inéditos, capacitando-os a transmitir orientações fundamentadas em conhecimentos científicos para a prática de atividades físicas, mormente nas instruções de Educação Física.

Para compor este trabalho, apresentou-se no primeiro capítulo uma breve retrospectiva histórica da Polícia Militar do Estado de Goiás. Este relato objetiva evidenciar a Polícia Militar do Estado de Goiás em outros rincões, servindo de documentário e fonte de consulta.

Em seguida acrescentou-se ao trabalho um capítulo versando sobre o planejamento curricular que é evidentemente o bojo de todo este projeto. Este capítulo proporciona suporte e fundamento para que a proposta apresentada consubstancie-se. Evidenciou-se, assim, alguns objetivos do planejamento curricular e seus requisitos. Versa também sobre os tipos de avaliações existentes durante o processo, suas características e finalidades.

No terceiro capítulo são destacadas alguns benefícios da prática de atividades físicas em virtude de sua importância e influência no bem estar humano.

Apresenta-se, no quarto capítulo, uma descrição sucinta da real situação da Educação Física praticada na Polícia Militar do Estado de Goiás, tanto pela tropa operacional como pela administrativa.

A estruturação do Estágio Básico de Educação Física destaca-se no capítulo cinco. Parte de extrema importância pois, todo o organograma e a forma de desenvolvimento estabelece-se aqui.

No capítulo seis relaciona-se a grade curricular sugerida, evidenciando-se também os conteúdos programáticos e objetivos particulares de cada disciplina. Destaca-se a carga horária completa, referindo-se ainda do estágio supervisionado obrigatório.

A pesquisa de campo, realizada por meio de questionário, é apresentada no capítulo sete, onde os entrevistados destacam a situação em que se encontra a Educação Física na Polícia Militar de Goiás, a importância e a aceitação do EBEF.

Em fim, conclui-se comprovando a relevância e viabilidade deste projeto.

CAPÍTULO 1 – RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

Destaca-se, nesta fase, um sucinto documentário histórico da Polícia Militar do Estado de Goiás para conhecimento e fonte de todos aqueles que eventualmente pesquisem este singelo trabalho.

Assim este relato inicia-se referindo-se da ocupação da Província de Goyaz iniciada com a descoberta das minas de ouro, estabelecendo a luta pela posse da terra entre brancos e indígenas.

Os primeiros habitantes da terra dos Goyazes enfrentaram os brancos, na sua maioria, extraviadores de ouro fugitivos de um passado obscuro que, como exploradores das riquezas naturais, transformam a terra ocupada em fonte de poder econômico e político.

Em 1736, chega a Goyaz proveniente de Minas Gerais, o primeiro destacamento Militar, o Regimento de Dragões, uma Companhia de 44 praças, formando o primeiro corpo Policial da Província, contando com a ajuda de um corpo auxiliar de aventureiros chamados Ordenanças, guardas auxiliares cuja função era combater os contrabandistas, montar guarda na cadeia e fazer a ronda.

As patentes de oficiais dessas Ordenanças eram distribuídas pelo Governador da Província, atendendo aos seus interesses pessoais, eram elas de Capitão-Mor e Sargento-Mor. Em 1766, as Ordenanças transformam-se em Corpos Auxiliares, com a mesma função.

No ano de 1770, foram criados os Regimentos Regulares de Cavalaria que foram substituindo paulatinamente os Dragões, que distam da Pátria foram se tornando inoperantes para as missões a eles confiadas.

No dia 13 de Maio de 1808, foi criado o 1º Regimento de Cavalaria do Exército e o Corpo da Brigada Real da Marinha. O comando de todas as Milícias agora está sob o julgo do Exército.

Em 1809, D. João cria a Guarda Real de Polícia, que segundo os historiadores, é a origem da Polícia Militar do Rio de Janeiro, e o modelo para as demais Polícias do país que são organizadas em unidades de Milícias e de Polícias, em quase todas as Províncias brasileiras.

Em Goyaz o recrutamento ^{se} fazia assim:

- a) à força – 16 anos servindo.
- b) voluntário – 8 anos.
- c) semestreiro – filhos de pessoas ricas – serviam 6 meses e nos anos seguintes, 3 meses em cada ano.

Consolidada a Independência em 1822, agrava-se a crise econômica devido à instabilidade do mercado externo. As divergências na classe dominante abriram espaço para o processo de descentralização do poder surgindo, em 1831, o Sistema Regencial.

A Regência toma uma série de medidas no sentido da desmobilização do Exército que foi reduzido à metade. Seu interesse está na criação da Guarda Nacional encarregada da manutenção da segurança pública, uma instituição que delimitará o espaço possível da cidadania, como expressão do compromisso entre o poder local e o Estado centralizado.

Sem recursos humanos e financeiros suficientes para a expansão do seu aparelho burocrático, transfere para o âmbito local atribuições como: escolta de presos e condenados, de dinheiro, socorro a municípios ameaçados de insurreição e rebelião, prisão de ladrões e malfeitores.

Hierarquicamente a Guarda Nacional é ligada ao Ministério da Justiça, mas seu comando regional estava a cargo dos grandes proprietários de terras e de escravos, aos Presidentes das Províncias e ao Juiz de Paz.

Mais do que nunca, o comando Policial local consolida a cidadania, segundo a ética da classe dominante, ou seja, dos "coronéis".

Através do regulamento nº 120 de 31 de Janeiro de 1842, cabe ao Presidente da Província, manter a segurança e tranquilidade pública. É de sua responsabilidade a nomeação de um Chefe de Polícia, encarregado do Comando Provincial, que nomeará Delegados e Subdelegados para o comando local que nomearão os Inspetores de Quarteirão, todos eles recrutados das fileiras da Guarda Nacional.

O policiamento das Províncias era feito então pelas Forças de Linha, que recebiam ordens tanto dos Presidentes, quanto do Governo Central, gerando choques ideológicos que causavam sérios prejuízos para a segurança pública.

Foi neste contexto que se pensou na criação de uma polícia limitada à capital da Província, Arraias e Palma.

Em 1858, baixou-se a Resolução nº 13, de 28 de ⁷Julho, criando a Força Policial, através de um Decreto do então Presidente da Província Dr. Francisco Januário da Gama Cerqueira, em que fixava o seu efetivo em 1 Tenente, 2 Alferes, 2 Sargentos, 1 Furriel e 41 praças.

Vários civis foram contratados para o policiamento local, eram os bate-paus, que não tinham nenhuma garantia, nenhuma instrução, disciplina precária, convivendo como o 20º Batalhão do Exército e Esquadrão de Cavalaria, também com sede na capital de Goyaz que, conseqüentemente, intervia em suas atividades gerando conflitos internos.

Nesta época foi adquirida pela Fazenda Provincial uma área de 720 ms², destinada à construção do 1º Quartel da Força Policial de Goyaz, abrigando a corporação de 1863 a 1936. Atualmente é sede do 6º BPM da cidade de Goiás.

Esta situação perdurou até 1865, quando da Guerra do Paraguai que passou a absorver toda a atenção dos governantes, relegando a um descaso maior esta força irregular.

Através do Decreto nº 3.383, de 21 de Janeiro de 1865 a Província de Goyaz deveria fornecer 426 Guardas Nacionais que passariam a compor o 16º Corpo de Voluntários da Pátria.

Do total de 426 convocados, 276 eram voluntários, 108 pertenciam à Guarda Nacional e 43 eram escravos libertos. O 16º Corpo de Voluntários da Pátria partiu rumo ao Mato Grosso sob o comando do Tenente Coronel da Força Pública Joaquim Mendes Guimarães. Depois de completo passou para o comando do Major do Exército Brasileiro em comissão Manuel Batista Ribeiro Faria, que o incorporou ao 20º Batalhão de Linha.

Apesar de terem contribuído sobremaneira pela vitória brasileira, os voluntários goianos não enfrentaram os invasores Paraguaios, ficando apenas encarregados do fornecimento de víveres às forças fixadas às margens do rio Coxim, na fazenda Bahús, que concentrava diversos produtores, se estendendo à Província de Mato Grosso.

Terminando a guerra, tornou-se urgente solucionar as questões internas da Província, que neste período, tornaram-se mais precárias, uma vez que o Exército afastou-se das questões provinciais, deixando a cargo da Província a manutenção da segurança interna.

No governo do Dr. Camilo Augusto Maria de Brito, em 10 de Julho de 1884, baixou-se a Resolução Provincial nº 520, recriando a Força Policial de Goyaz, inoperante desde sua criação em 1858, agora com a denominação de Companhia de Polícia, composta de um efetivo de 117 homens, sendo 04 Oficiais e 113 praças de pré. O primeiro Comandante foi o Capitão João Fleury Alves de Amorim, que baixou o primeiro Regulamento da Corporação.

Nesta época foi criada a cavalaria e o policiamento a pé, que percorria toda a Província fazendo diligências e prendendo criminosos.

A Resolução Provincial nº 520, acabou com os bate-paus, que tantos serviços prestaram ao nosso governo e ao nosso povo.

Em 1889, foi criada a Banda de Música, no comando do Major Honorário do Exército, João Maria Berquó.

Novas mudanças aconteceram: a Lei nº 5, de 12 de Julho de 1892, cria o Corpo de Polícia de Goyaz, fixada em 21 Oficiais e 279 Praças de Prét. É criado também o Estado Maior, composto por um Tenente Coronel, 1 Major Fiscal, 1 Alferes Ajudante, 1 dito Secretário e 1 dito Quartel Mestre; o Estado Menor era composto por 1 Sargento Ajudante, 1 Sargento Quartel Mestre, e 1 Sargento Corneteiro-Mor. Foram criadas também 4 Companhias.

Em 1896, através da Lei nº 84, de 18 de Julho de 1945, foi permitido que os civis fossem nomeados oficiais, este foi um golpe político, que recompensava os cabos eleitorais e tirava todo o incentivo de nossos valorosos soldados.

Os problemas causados com a valorização do civil, fez com que no ano de 1898, fosse criada a Polícia Civil, Lei nº 194 de 16 de junho.

Apesar de tudo, a Polícia de Goyaz continuava formando um corpo irregular, havendo uma oscilação no efetivo, devido principalmente à verba orçamentária que não atendia às necessidades prementes do Corpo Policial.

Pela determinação do Artigo 1º da Lei nº 364, de 2 de Julho de 1910, o Corpo de Polícia passa a ser denominado Batalhão de Polícia, sendo seu Estado Maior composto de 1 Major Comandante, 1 Capitão Fiscal, Alferes Ajudante, 1 Alferes Quartel Mestre, 1 Sargento Ajudante, e 1 Alferes Secretário; o Estado Menor era composto de 1 Sargento Ajudante, 1 Sargento Quartel Mestre, 1 Corneteiro Mor, 1 Mestre de Música, 5 Músicos de 1ª classe, 5 de 2ª classe e 6 de 3ª classe. O Batalhão compunha-se de 3 Companhias.

As primeiras décadas do século XX foram significativas para a estrutura da polícia, sendo criada a Escola Regimental em 1924, pelo então Major Oscar Alvéolos, destinada à alfabetização da tropa.

Em 1915, foram criados os postos de Capitão Médico e Tenente Farmacêutico e os Delegados de Polícia passaram a ser nomeados entre os Oficiais do efetivo.

O Presidente do Estado passou a ter status de Coronel, fazendo uso das prerrogativas que o título lhe conferia, para interferir diretamente na administração pública. Houve um desmembramento da Banda de Música com a criação da "Jazz Band", encarregada das retretas e das festas especiais.

Essa é uma época de castigos severos com varadas de marmelo, prisões em celas e pão e água, rebaixamento permanente de posto, causados principalmente por problemas de embriaguez. Havia também um aumento significativo de deserções causadas principalmente pelas diligências efetuadas pelas praças que, na maioria das vezes, se deslocavam sozinhos, recebendo adiantado a guia de socorrimento pelo tempo que perdurasse seu afastamento.

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
Caiado de Goyaz
BIBLIOTECA

Entre 1910 e 1930 houve uma oscilação constante no efetivo do Batalhão de Polícia de Goyaz, pois o governo do Estado modificava-o de acordo com sua conveniência.

A Lei 624 de 4 de Julho de 1918 determina que o efetivo do Batalhão passe a ser de 27 Oficiais e 514 Praças de Prét, ficando o Executivo autorizado a aceitar o acordo proposto pelo Ministério da Guerra de modificar o regulamento do Batalhão.

Era o início da Militarização da Polícia.

Foi estabelecida a tabela de fardamento e concedido um adicional de 10%, 15% e 20% aos oficiais que contassem com mais de 10, 15 e 26 anos de serviço e regulamentadas as férias a todos os integrantes da polícia.

O Gabinete Militar da Governadoria Estadual foi criado através da Lei nº 787 de 31 de Julho de 1925, na administração do Dr. Brasil Ramos Caiado, inicialmente com a denominação de Casa Militar da Presidência do Estado, tendo como seu primeiro chefe o Cap PM Régulo de Macedo Carvalho.

A Lei nº 813 de 12 de agosto de 1926 cria no Batalhão de Polícia de Goyaz um Piquete de Captura, contando com um oficial e 39 praças montadas.

Década de 20, época de decisão e adesão a uma nova proposta de governo através de uma aliança transitória entre a maioria dos governos estaduais apoiados pelos Tenentes e classe média urbana, todos insatisfeitos com a condução da política nacional pela burguesia cafeeira.

Durante a República Velha, o Estado de Goyaz sofreu a presença de várias intervenções Federais. Neste período o Caiadismo se firmou como grupo hegemônico, usando as leis de acordo com seu interesse pessoal. Em uma sociedade agrária, o compadrio se solidificou através da repressão e crueldade, as mudanças eram urgentes e eram com a Revolução de 30, que levam ao poder Pedro Ludovico Teixeira, abrindo uma nova fase na História de Goyaz e conseqüentemente na sua polícia .

O Decreto nº 395 de 19 de ^d Dezembro de 1930 cria a Força Pública que ficaria na categoria de auxiliar do Exército de 1ª Linha.

Em ⁸ Julho de 1932, eclode a Revolução Constitucionalista Paulista que congrega a maior parte das Forças Armadas da 2ª Circunscrição Regional do Exército para combater os rebeldes paulistas.

O Estado de Goyaz foi convocado a compor as tropas federais sob o comando do Major Benedito Querino de Souza. Uma frota de 10 caminhões conduziu o contingente de 111 homens rumo a Leopoldo de Bulhões, embarcando em um trem especial com destino a Uberaba MG, de onde partiriam para a cidade de Santana do Paranaíba, onde as tropas goianas se fixariam no combate às unidades da Brigada Mista, com sede em Campo Grande, que apoiavam São Paulo.

Os combates goianos conquistaram Porto Alencastro no Rio Paranaíba, estabelecendo lutas em Quitéria, Santa Josefina, Sucuriú e Três Lagoas, cujos méritos foram credenciados aos comandos Militares do Exército.

Nesta época, Pedro Ludovico lutava para colocar Goiás dentro do contexto capitalista que impulsionava o país, o aumento da produção econômica só foi possível através do projeto do Governo Federal, chamado Marcha para o Oeste, que levou à resolução da mudança da capital para Goiânia.

Em 3 de agosto de 1933 é criada a Caixa Beneficente da PM, cuja finalidade primordial é prestar auxílio financeiro através do pecúlio ao Policial Militar.

O Decreto nº 399 de 1º de Junho de 1935 dá uma nova denominação à Força Pública criando a Polícia Militar, preparando sua transferência para a nova capital.

Em 04 de setembro de 1935, inicia-se o processo de transferência de parte do efetivo da Polícia Militar para Goiânia, instalada provisoriamente em Campinas, em casas residenciais cedidas para este fim, sob o comando do 2º Ten PM José de Abadia Mendonça, com um pelotão extranumerário, Estado Maior da PM, Cia de Metralhadora, almoxarifado, e Banda de Música.

O Decreto Lei nº 208 de 17 de Janeiro de 1938 cria o Comando Geral da Corporação que é instalado provisoriamente na Rua 20 c/ 03, Centro, mudando logo depois para a rua 08 c/ 02, Centro, e 15 c/ 20 Centro, logo depois instalando-se na Vila Militar, antigo Bairro Popular, construída pelo interventor Pedro Ludovico, próximo à estação de trem de ferro. Em 1940 foi transferido para o abrigo dos velhos, onde atualmente situa-se o Tribunal de Justiça, permanecendo ali até 1954, de onde foi transferido para o atual prédio que servia à Secretaria de Segurança Pública.

O primeiro Comandante Geral da Polícia Militar foi o Cap do Exército Arnaldo de Moraes Sarmiento, comissionado Ten Cel PM. Em 1937, com a sede do comando em Goiânia.

O Ten Cel PM Sarmiento organizou a Polícia Militar dividindo-a em dois Batalhões, ficando o primeiro em Goiânia, e o segundo em Rio Verde, instalado em Pedro Afonso, sob o comando do Ten PM Levertino Leão

Sobrinho. Este Batalhão voltaria em 1939 à cidade de Rio Verde. Em 1947 o 2º Batalhão foi transferido para a cidade de Goiás, tendo retornando novamente para Rio Verde no ano de 1958.

O 1º Batalhão de Infantaria foi instalado inicialmente na Vila Militar, sendo transferido para o prédio do antigo Abrigo dos Velhos, ali permanecendo até 12 de março de 1958, quando teve sua sede transferida para o prédio que fora construído no Setor Universitário, para sediá-lo. O Batalhão teve como seu primeiro comandante o Maj PM Benedito Albuquerque Melo e Cunha. Anexo ao 1º BI, funcionava o Departamento de Instrução Militar, criado pelo Decreto Lei nº 3.287 de 11 de junho de 1940. O 1º BPM recebeu a denominação de "Batalhão Anhanguera" em 18 de dezembro de 1958, pela Lei nº 2.430.

Sua primeira estrutura continha duas Companhias de Infantaria, uma Companhia de Metralhadora Mista e um Pelotão Extranumerário composto por alfaiates, mecânicos, Banda de Música, englobando todos os especialistas da época. Ao longo do tempo criando condições para instalação do 4º, 5º e 8º BPM e de várias Companhias independentes e incorporadas.

Pelo Decreto Lei nº 31 de 02 de maio de 1944, foi criado o Serviço de Comunicações da Força Policial, funcionando anexo ao Palácio do Governo e ao Comando Geral da PM, transformando-se em Unidade Administrativa sob denominação de Quartel do Serviço de Comunicação, Conforme despacho governamental nº 3.617 de 09 de setembro de 1969, tendo as suas instalações fixadas nas imediações do Lago das Rosas.

Em 29 de abril de 1948, pelo Decreto nº 9.208, foi outorgado a Tiradentes o título de Patrono das Polícias Militares do Brasil, título este que veio engrandecer todas as Corporações.

O ano de 1945 marca o fim do Estado Novo, nasce uma nova era conhecida como Populista. O pacto populista policlassista, apesar de impor uma direção ideológica inerente à burguesia, criou pela primeira vez condições de liberação das classes subordinadas para que se organizassem e se expressassem politicamente.

Foram expressões marcantes deste período os presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Em Goiás destacamos os Governadores Coimbra Bueno, Pedro Ludovico e Mauro Borges.

Em 1940, o Comandante Geral da Força Policial, Cel Langleberto Pinheiro Soares criou o Departamento de Instrução Militar e nele o Curso Emergencial de Formação de Oficiais e de Formação de Praças, que teve como seu primeiro Diretor Comandante o Major da Força Pública de São Paulo em comissão, Cícero Bueno Brandão.

A 18 de novembro de 1946, com a promulgação da Constituição Federal, a Força Policial passou a ser denominada Polícia Militar do Estado de Goiás (P.M.E.GO), posteriormente ratificada com o advento das Constituições de 1947, 1967, respectivamente.

Através de uma nova reestruturação, sob o comando do Major PM Lindolpho Emiliano dos Passos em 1946, foi restabelecido o Curso Emergencial de Oficiais, com um ano de duração e os cursos de Formação de Sargentos, Cabos e Soldados.

O 2º Batalhão de Infantaria foi instalado definitivamente na cidade de Rio Verde no dia 26 de março de 1958, recebendo a denominação de "Batalhão Gama Cerqueira".

Em 17 de dezembro de 1958, pela Lei nº 2.400, foi criada na capital uma Companhia de Bombeiros que, pela Lei nº 5.542 de 10 de novembro de 1964, recebeu a denominação de Corpo de Bombeiros.

O 3º Batalhão de Polícia Militar foi criado pela Lei nº 3.330 de 12 de novembro de 1960, tendo recebido a denominação de "Batalhão Tocantins", com sede na cidade de Pedro Afonso. Seu primeiro Comandante foi o Capitão PM Benedito de Souza Lima.

A partir do golpe de 1964, esboça-se, progressiva e autoritariamente, o segundo projeto de desenvolvimento econômico para o país, nos

21

governos Militares. Os governadores passam a ser escolhidos através de uma lista triplíce. O Estado de Goiás foi governado nesse período por Otávio Lage, Leonino Caiado, Irapuan Costa Júnior e Ari Valadão.

O primeiro policiamento em rodovia estadual foi desenvolvido pela Polícia Militar, em 1964, durante a festa de Trindade, por um pelotão do 1º BPM na Rodovia GO-060, no trecho Goiânia-Trindade.

Em 19 de agosto de 1965, o 3º PBM foi transferido para a cidade de Araguaína, onde permaneceu até 1989, quando foi transferido para a cidade de Araguaína, onde permaneceu até 1989, quando foi transferido para a cidade de Uruaçu. Com a criação do Estado do Tocantins, o município de Porangatu-GO passou a fazer divisa com aquele Estado e como havia uma Companhia Operacional, essa ficou subordinada à Companhia Independente da cidade de Uruaçu daí a necessidade da criação do 3º Batalhão de Polícia Militar do Estado de Goiás, "Batalhão Javaés", sendo instalado na cidade de Porangatu. Seu primeiro Comandante foi o Tenente Coronel Henrique de Souza Lima.

Em 1966, começaram a funcionar regularmente os Cursos de Formação de Sargentos, Cabos e Soldados.

Em 1966, começou a funcionar regularmente o Curso de Formação de Oficiais, com duração de três anos, melhorando consideravelmente o nível dos candidatos a ingresso nos quadros da PM.

Em 1967 foi criado pelo Comandante Geral, Coronel Renato Pitanga Maia, a primeira Ala de Policiamento Rodoviário.

O 4º BPM foi criado em 06 de março de 1968, através do Decreto Lei nº 43, com a finalidade de policiamento de Trânsito Urbano e Rodoviário instalado em Goiânia.

O Decreto nº 043 de 06 de março de 1968 autoriza a instalação da Diretoria de policiamento Militar do Interior, que se acha anexa à

Secretaria de Segurança Pública e diretamente subordinada ao Comando Geral da PM.

A cidade de Anápolis tinha seu policiamento feito por um contingente subordinado ao 1º BPM, sediado em Goiânia. Porém o crescimento da cidade exigiu o aumento do efetivo Policial, fato este que gerou a instalação da 1ª Independente de Polícia Militar, em 06 de março 1968, pela lei nº 6.814 de 06 de março de 1967.

Em 1970 foi criada a Companhia de Polícia de Rádio Patrulha com sede em Goiânia, encarregada do policiamento motorizado da Capital. Seu primeiro Comandante foi o Major PM João Estevão Souza Rocha.

Em 14 de maio de 1970, através da Portaria nº 01/70 do Comando Geral, publicada em BG nº 088, o Corpo de Bombeiros Militar recebeu a estrutura de Batalhão de Polícia Militar com a denominação de 5º BPM. A Constituição Estadual de 1989, no seu Artigo 120, atribui autonomia ao Corpo de Bombeiros Militar desmembrando-o da Polícia Militar de Goiás.

Pelo Decreto nº 145 de 11 de junho de 1971, o DIM passou a denominar-se Centro de Formação e Aperfeiçoamento. No dia 14 de março de 1985, recebeu a denominação de Academia de Polícia Militar, sendo o CFO reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura, como de nível superior no ano de 1983.

Em 21 de setembro de 1972, foi instalada a 1ª Cia de Polícia Militar e no ano de 1979, foi instalado o 4º Batalhão de Polícia Militar, abrangendo 15 municípios, sob o comando do Coronel PM Waltervan Luiz Vieira, que em 08 de agosto de 1991, passou a ser denominado "Batalhão Santana".

A cidade de Goiás sediou o comando da Polícia Militar até 1938, quando da mudança da capital para Goiânia, se tornando uma Companhia isolada, com a denominada de 1º CIPM "Companhia Araguaia".

Através do Decreto nº 85 de 05 de maio de 1972, deu-se a criação do 6º BPM, sediado na cidade de Goiás, com a denominação de "Batalhão Vila Boa", estruturado com 03 Companhias e um Pelotão de Comando e Serviço da Unidade, que teve como primeiro Comandante o Capitão PM Eurípedes Fernandes de Moura.

Durante o domínio Militar no Brasil, eclode na Região Norte do Estado de Goiás a chamada "Guerrilha do Araguaia" conhecida pelos goianos de Xambioá. Os guerrilheiros comandados por Diva e Osvaldão, conseguiram o apoio da população ribeirinha, que estava em situação precária de saúde, vivendo em permanente ameaça do Exército. A Polícia Militar do Estado de Goiás montou a Operação Vinor, (Vasculhamento e Investigação do Norte), permanecendo no local por um período de um ano, fazendo um trabalho de prevenção, esclarecimento, cativando os ribeirinhos e instalando a harmonia na região, e mais uma vez as glórias e homenagens couberam ao Exército, ficando no ostracismo nossos valentes soldados.

No dia 30 de maio de 1972 foi criada a 3ª Companhia Independente de Polícia Militar de Goiás, na cidade de Pires do Rio que, a 10 de setembro de 1988 foi transformada em Batalhão pela Portaria nº 474/PM 003/PM-1, com a denominação de 11º Batalhão de Polícia Militar do Estado de Goiás "Batalhão Corumbá". Seu primeiro comandante foi o Maj PM Hudson Silva Valente.

Em 24 de julho de 1979 a denominação de 4º BPM foi transferida para Anápolis e criado o Batalhão de Polícia de Trânsito.

A Lei nº 8.776 de 17 de Janeiro de 1980 cria o Esquadrão de Polícia Montada, que no ano de 1959 já existia como Regimento Cel Dermerval de Moraes Brito. O novo esquadrão funcionava no Parque de Exposições da Nova Vila e em 1982, pelo Decreto nº 2.593 de 07 de março, passou a ser novamente Regimento de Polícia Montada, tendo como primeiro Comandante o Capitão PM João Franco de Souza.

O 7º Batalhão de Polícia Militar foi instituído no dia 15 de abril de 1983, a título precário e em caráter experimental através da Portaria nº

05/83. Sua criação suspendeu as atividades específicas do Batalhão de Polícia de Trânsito e da Companhia de Polícia de Rádio Patrulha sediados nesta capital, tendo a junção do efetivo dessas unidades originado o novo Batalhão. Sua finalidade era promover o policiamento ostensivo a pé normal, o policiamento rádio motorizado e o policiamento de trânsito. Seu primeiro comandante foi o Ten Cel PM Cícero de Camargo Prado.

O ano de 1985 marca uma nova era na história do Brasil, a Redemocratização. Os governos Íris Rezende, Henrique Santillo e Maguito Vilela, que sucederam os governos autoritários, enfrentaram uma conjuntura econômica extremamente difícil, decorrente do modelo econômico da ditadura, marcado pela estagnação das taxas de crescimento econômico, redução da capacidade de investir, elevação da inflação, aumento da dívida externa e interna.

Em 14 de janeiro de 1986 pelo Decreto Lei nº 9.967 foi criada em Goiânia a Companhia de Polícia Militar Feminina, tendo como primeiro comandante o Cap PM Durvalino Câmara dos Santos, funcionando nas instalações do Dergo.

A exposição e contaminação de várias pessoas num acidente radiológico acionou a Polícia Militar que ficou encarregada do isolamento do local contaminado. O Decreto 2. 846 de 19 de outubro de 1987 cria a Cipoles, Companhia de Policiamento Especiais, responsável pela vigilância e proteção da área que abrigaria os rejeitos radioativos, cujo comandante foi o Maj PM Luiz Carlos Machado, funcionando inicialmente no Centro Administrativo e transferida posteriormente para Abadiânia juntamente com os rejeitos.

A Constituição Federal de 1988, no ^a Artigo 144, V, recepciona as instituições Policiais Militares. A Constituição Estadual de 1989, no ^a Artigo 120, referenda o nome Polícia Militar de Goiás.

Em 06 de outubro de 1988 foi criado o 10º BPM pela Portaria nº 473/PM, na cidade de Luziânia, chamado "Batalhão Alvorada". 10º BPM foi oriundo da 2ª CIPM e seu primeiro comandante foi o Maj PM Alvino Rodrigues Bandeira.

A Constituição Estadual de 1989, no ^o Artigo 124, parágrafo único, previa a criação de uma Unidade Policial Militar especializada em policiamento florestal para proteção da natureza em todo estado de Goiás.

O 8º Batalhão de Polícia Militar foi criado pela Portaria nº 449/PM-022-PM/ 1, de 27 de outubro de 1989. Anteriormente sendo a 5ª Companhia Operacional do 1º BPM. Foi instalado na cidade de Aparecida de Goiânia, recebendo a denominação de "Batalhão Horizonte", seu primeiro comandante foi o Ten Cel PM João Rodrigues da Silva Júnior.

Pela Portaria 449PM/022-PM1, de 17 de novembro de 1989, a 4ª CIPM passou a ser o 5º Batalhão de Polícia Militar de Goiás, "Batalhão Tiradentes", com sede na cidade de Itumbiara, sob o comando do Maj PM João Ribeiro da Silva.

Na década de 70 havia uma Companhia de combate aos distúrbios civis chamada CPCHOQUE. Em 30 de agosto de 1989 essa Companhia tornou-se independente com a criação da 3ª CIPM, que passou a englobar também a ROTAM (Rondas Táticas Móveis), um pelotão GAS (Grupo Anti-sequestro), um pelotão Canil e um pelotão SAPM (Serviço Aéreo PM).

O Batalhão de Trânsito da Polícia Militar foi criado pela Constituição Estadual de 1989, através da Portaria nº 357/P1 publicada no BG nº 126 de 06 de julho de 1990. Seu primeiro comandante foi o Ten Cel José Ribeiro da Silva que comandou o BPM Trânsito funcionando provisoriamente nas instalações do Dergo junto ao Batalhão Rodoviário. Hoje funciona em sede própria no Setor Santa Geneveva.

O Decreto 3.441 de 05 de julho de 1990 criou o Batalhão de Polícia Militar Florestal que teve como primeiro comandante o Ten Cel PM Jovelino Lourenço Pereira, tendo sua sede fixada no Bairro da Vitória, em Goiânia.

Considerando que a problemática de combate a assaltos e seqüestros e outros exigiam especialização e aperfeiçoamento do homem, no dia 30 de julho de 1990, o Decreto nº 3.483 aprovou a criação do Batalhão de Polícia

Militar de Choque que teve como primeiro comandante o Maj PM Alquino Gomes da Silva.

Em 07 de fevereiro de 1991 foi criado o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar através da Portaria nº 077 na cidade de Goiânia, funcionando inicialmente nas dependências da Academia de Polícia Militar e posteriormente transferindo-se para o 1º Batalhão, permanecendo ali até 1993. Em 10 de fevereiro de 1993 foi instalado na cidade de Senador Canedo tendo como objetivo formar, aperfeiçoar e especializar as praças. Seu primeiro comandante foi o Maj PM Eurípedes Barsanulfo Lima.

O 9º Batalhão de Polícia Militar do Estado de Goiás, denominado "Batalhão de Guardas", criado no dia 30 de agosto de 1991 é responsável pelo policiamento ostensivo a pé e motorizado da região norte da grande Goiânia. Sua sede atual é no Setor Goiânia II, recebendo a denominação de "Batalhão Getsêmane". Seu primeiro comandante foi o Ten Cel PM David Mendes Pereira.

No dia 27 de novembro de 1991 foi instalado no município de Iporá o 12º Batalhão de Polícia Militar de Goiás, denominado "Batalhão Caiapó", de acordo com a Portaria 797/PM/025/PM1. Seu primeiro comandante foi o Maj PM Sebastião Batista.

Com extinção da CIPMFem (Companhia Independente de Polícia Militar Feminina) foi criado em 08 de novembro de 1994 o 13º Batalhão de Polícia Militar de Goiás, denominado "Batalhão Escolar/Entorno", através da Portaria nº 659/PM-058 PM/1. Sua função específica é o policiamento escolar da capital do Estado e atividade operacional no entorno de Goiânia, seu primeiro comandante foi o Ten Cel PM Antônio Alves da Silva.

O 14º Batalhão de Polícia Militar do Estado de Goiás foi criado em 19 de julho de 1995, através do Decreto nº 4.467, sendo instalado na cidade de Uruaçu, denominado "Batalhão Auriverde" e teve como primeiro comandante o Ten Cel PM Geraldo Gomes Guimarães.

A Polícia Militar de Goiás, para a continuação da preservação da Ordem Pública, acompanhando o progresso tecnológico, passou a utilizar detetores de metais, aumentou consideravelmente o uso de rádios transceptores e sua frota de veículos. Criou em caráter experimental um sistema de monitoramento de viaturas via Satélite, aperfeiçoou o sistema de comunicações, passou a intensificar a utilização da informática, diminuindo o número de Policiais Militares na administração.

Com a atenção voltada para uma melhor valorização dos recursos humanos, ampliou sua assistência social, pregando a humanização no tratamento entre superior e subordinado, preocupando-se com a valorização do profissional.

Neste sentido a Polícia Militar do Estado de Goiás continuará dando prioridade à Segurança Pública, sua finalidade maior, deixando registrado nos anais da história de Goiás, sua indelével participação.

Para a elaboração de um criterioso planejamento curricular deve-se estabelecer, prioritariamente, os objetivos a serem atingidos. O estabelecimento de ensino integrado à comunidade deve oferecer ao discente, situações que lhe permitam, além de desenvolver suas potencialidades, a oportunidade de adquirir novos conhecimentos.

A escola moderna visa^o preparar pessoas a adquirirem mentes flexíveis e adaptáveis, aptas para enfrentar transformações advindas das diversas circunstâncias impostas pelo próprio sistema. Pessoas que aprendem a aprender e, conseqüentemente, estejam capacitadas a aprender continuamente.

Portanto, o currículo de hoje deve ser funcional. Deve promover não somente a aprendizagem do conteúdo e habilidades específicas, mas também oferecer condições de proporcionar a aplicação e integração desses conhecimentos. Isto é viável através da proposição de situações que favoreçam o desenvolvimento das capacidades do aluno, habilitando-o a solucionar problemas e, principalmente, a fornecer propostas e sugestões para melhoria e benefícios para toda a sociedade.

O planejamento curricular é, sem dúvida nenhuma, a precisão sistemática de toda a ação a ser desenvolvida pela escola em consonância com os objetivos educacionais, tendo o aluno, como foco principal. Assim, são estabelecidos os caminhos que direcionarão todo o trabalho, expressando por meio dos objetivos gerais, a linha filosófica do estabelecimento de ensino.

É uma tarefa multidisciplinar, tendo por objeto a organização de um ou vários campos do conhecimento, de tal modo que favoreça ao máximo o processo ensino-aprendizagem. Em síntese, é a correta execução das atividades elaboradas pelo educando sob a orientação da escola para atingir os fins da educação.

2.1 Objetivos do Planejamento

35

O planejamento curricular deve trilhar em busca da consecução de objetivos, dentre tantos, podemos citar os seguintes:

- a) facilitar aos membros dos estabelecimentos de ensino a definir seus objetivos;
- b) alcançar maior efetividade no ensino;
- c) proporcionar o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem;
- d) estimular o desenvolvimento das tarefas educativas;
- e) estimular o aperfeiçoamento contínuo através do aprofundamento das áreas do conhecimento.

2.2 Requisitos

Na elaboração do planejamento escolar é necessário atenção e perspicácia quanto às novas descobertas e tendências para que sua proposta seja otimizada. É preciso minuciosa análise com o propósito de verificar sua validade e necessidade. Ponderando, ainda, sua conveniência quanto à realidade diante das constantes mudanças do sistema.

Em virtude da complexidade de sua elaboração, exige um incansável estudo e um constante aprimoramento. Assim, por suas características, constitui a base vital do trabalho. É a dinamização e integração da escola como célula viva da sociedade.

Portanto, o planejamento curricular é uma tarefa contínua em função das crescentes exigências de nosso tempo. Será sempre, sem dúvida nenhuma, um desafio a todos aqueles envolvidos no processo educacional.

2.3 Das Avaliações

2.3.1 Conceituação

Um planejamento bem elaborado, inclui necessariamente avaliações dentro do processo. A avaliação é "um processo sistemático, contínuo e

cumulativo com a finalidade de verificar o desenvolvimento do aluno em situação de aprendizagem, evidenciando uma mudança comportamental". (GIANNONI, 1996, p.100)

É também, segundo BORSARI (1987, p.14), um conjunto de observações e testes que possibilitam atestar e controlar a evolução individual e do grupo, ao mesmo tempo em que se pode analisar a adequação dos conteúdos, valores e habilidades desenvolvidas em confronto com o interesse dispendidos pelos alunos. Deverá englobar todos os aspectos do plano, transmitindo, tanto em termos educacionais como de rendimento físico e domínio de conteúdo, aquilo que se assimilou no período.

2.3.2 Tipos

Conforme o mesmo (GIANNONI, 1996, p.105), a avaliação pode ocorrer através dos processos que abaixo são descritos:

- a) Verificação Imediata (VI): cujo objetivo é a confirmação da aprendizagem, devendo ser aplicada logo após a explanação de um tópico da matéria;
- b) Verificação Corrente (VC): tem por finalidade avaliar o progresso da aprendizagem em determinado período do programa;
- c) Verificação Especial (V_{es}): visa orientar o estudo e valorizar o trabalho individual ou de grupos de alunos. Consiste em atividades de pesquisa ou trabalhos previamente estabelecidos;
- d) Verificação Final (VF): tem o escopo de avaliar a consecução dos objetivos referentes à totalidade dos assuntos ministrados durante o período.

Excetuando a Verificação Imediata (VI), os demais processos são utilizados para fins de seleção e classificação, computados na nota final do aluno.

A atividade física constitui parte bioenergética essencial da vida humana. O ser humano necessita de um mínimo de atividade física para manter-se orgânica e emocionalmente sadio. Estudiosos, em inúmeros trabalhos literários, são redundantes em dizer que a prática de atividade física proporciona grandes benefícios.

Um bom condicionamento físico pode alcançar alguns objetivos, conforme abaixo descreve-se:

- a) melhoria na capacidade funcional dos sistemas orgânicos ao esforço;
- b) desenvolve a aptidão física atingindo um equilíbrio adequado entre atividade física e utilização de energia;
- c) proporciona distrações e recreações, dando prazer e bem-estar.
- d) melhoria na resistência ao estresse psicológico, contrabalançando com as frustrações, ansiedades e o acúmulo de tensão oriundas, principalmente, do trabalho policial;
- e) aumento da capacidade cardiorrespiratória;
- f) aumento do metabolismo aeróbio;
- g) fortalecimento das estruturas esqueléticas, articulares e musculares;
- h) melhoria da aptidão física com ganho de força, flexibilidade, coordenação, equilíbrio entre outros;
- i) melhorias contra vários fatores de risco como a obesidade, sedentarismo, a hipertensão;
- j) bem-estar físico;
- k) melhoria na auto-estima;
- l) redução de níveis de ansiedade e depressão;
- m) educação e integração social.

Relacionou-se acima alguns benefícios advindos com a prática da atividade física, porém não foi o objetivo esgotar o assunto, como pode ser observado, mormente por não ser o escopo deste trabalho. Sendo, portanto, elencados em virtude de suas importâncias e principalmente como respaldo para

que os policiais militares de Goiás motivem-se, ainda mais, para a prática de atividade física de forma metódica e regular.

Sobretudo, para subsidiar o EBEF, corroborando com a iminente necessidade de ser instituído.

CAPÍTULO 4 – A EDUCAÇÃO FÍSICA PRATICADA NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

4.1 A Educação Física Praticada pela Tropa Operacional

Os policiais pertencentes à tropa operacional são aqueles que executam o serviço ostensivo, fardado ou velado, que conforme a Lei nº 616 de 17 de novembro de 1974 que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado de São Paulo, no título I, capítulo único, artigo 3º, entende-se por policiamento ostensivo a ação policial cujo emprego o homem ou a fração de tropa engajada sejam identificados de imediato, quer pela farda, equipamento, armamento ou viatura.

Estes policiais em sua maioria, concorrem às escalas de 12 X 36 (doze por trinta e seis) e 24 X 48 (vinte e quatro por quarenta e oito). Isto significa que na primeira, o policial trabalha doze horas ininterruptamente e folga as próximas trinta e seis horas seguintes e, na segunda, trabalha vinte e quatro horas e folga as quarenta e oito posteriores. Vale ressaltar ainda que, o policial concorre à escalas extras em seu período de folga.

Portanto, fica evidente que os policiais não encontram muito tempo disponível para a prática da Educação Física. A severidade das escalas, o cansaço, o desgaste físico e mental em virtude da natureza do serviço são fatores que desestimulam, ainda mais, a prática da Educação Física.

Outro fator prejudicial àquela prática é a dificuldade de adequação do horário dos policiais militares com o horário previsto no Quadro de Trabalho Semanal (QTS) estabelecido pela Polícia Militar do Estado de Goiás, pois, não raras vezes, os dias de Educação Física coincidem com o seu dia de trabalho, obviamente que em outros dias a Educação Física ocorre em sua folga. Assim, no seu dia de trabalho não lhe convém abandoná-lo, na sua folga, torna-se, muitas vezes, inviável o deslocamento de sua residência para o quartel ou outro local estabelecido para a prática da Educação Física.

A indisponibilidade de tempo ocorre principalmente com os policiais que trabalham na escala vinte e quatro por quarenta e oito (24 X 48) que assumem seus serviços em postos ou locais estabelecidos em várias regiões da cidade. Além disso, não têm obrigatoriedade do deslocamento até a sede do batalhão, salvo por determinação específica ou alguma necessidade, dificultando, ainda mais, sua presença e assiduidade na prática da Educação Física.

Não existe estabelecido, portanto, um horário de Educação Física para a tropa operacional, evidenciando uma falha na política de Educação Física.

4.2 A Educação Física Praticada pela Tropa Administrativa

Os policiais militares que prestam serviços administrativos cumprem o chamado "horário de expediente", isto é, trabalham oito horas por dia durante toda a semana e concorrem a escalas extras ao final da semana. Há ainda algumas ocasiões, em que são escalados durante o transcorrer da semana no período noturno.

O Quadro de Trabalho Semanal (QTS) dos batalhões estabelece dois dias por semana, durante duas horas, para a prática de Educação Física.

Porém, na maioria dos casos, é praticada de forma empírica, com pouco ou nenhum conhecimento científico ou metodológico. Desta forma, os policiais militares com maiores afinidades com alguma modalidade esportiva acabam por, tão-somente, praticá-la. É exemplo o futebol, modalidade praticada pela maioria, sem contudo, o acompanhamento de um profissional de Educação Física ou alguém com certo conhecimento para a devida orientação ou monitoramento. Estas atividades físicas resultam em muitos casos de lesões, podendo, sem dúvida nenhuma, ser evitadas ou diminuídas através de orientações técnicas fundamentadas no saber científico por aquele profissional.

Não obstante, nem todos os policiais militares são simpatizantes desta modalidade esportiva que é o futebol, ocasionando um êxodo da atividade física por parte destes.

Assim, desmotivados em praticar outra modalidade ou outros exercícios físicos por falta de conhecimento, orientação ou até mesmo de acompanhamento, acabam distanciando-se, definitivamente, da Educação Física.

CAPÍTULO 5 – A ESTRUTURAÇÃO DO ESTÁGIO BÁSICO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

5.1 Objetivos Gerais do EBEF

Para que o estágio desenvolva de forma coerente, há necessidade de serem estabelecidos alguns objetivos, que delinearão o desenrolar do EBEF. Desta forma, relaciona-se abaixo alguns destes objetivos:

O EBEF deverá Proporcionar conhecimentos que capacitem o aluno a:

- a) atuar junto à Polícia Militar do Estado de Goiás como orientador da prática de atividades físicas, nas mais diversas unidades;
- b) difundir a prática de atividades físicas, buscando assim, proporcionar uma melhor qualidade de vida aos policiais militares, através da manutenção de sua saúde, da diminuição do estresse e da melhor sociabilização deste dentro de seu ambiente de trabalho;
- c) auxiliar a Polícia Militar, dentro de sua área de atuação, a ter profissionais melhor preparados para o serviço diário, pelos benefícios físicos, fisiológicos e psicológicos que a atividade física tecnicamente orientada proporciona;
- d) contribuir na orientação de treinamentos de equipes esportivas representativas da Polícia Militar de Goiás;
- e) auxiliar na organização de competições esportivas, tanto no âmbito interno como no externo, da corporação;
- f) contribuir na aplicação do TAF (Teste de Aptidão Física) obrigatório.

5.2 Do Teste Físico para Inclusão

Para a admissão ao EBEF os candidatos serão submetidos às provas de pista, campo e habilidades desportivas, de caráter classificatório. As provas serão realizadas entre os dias 23 e 27 de julho de 2001, na Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás. Os resultados serão estabelecidos conforme tabelas abaixo:

5.2.1 Teste de avaliação física

12,5 1, medida angular

Figura 1 – Tabela de avaliação física para homens (provas de campo):

Pontos Correspondentes	Corrida dos 100m rasos	Arremesso de Peso	Salto em Extensão	Subida em Corda Lisa	Salto em Altura	Corrida de 12 minutos
100	12 ^{**}	20 metros	6,50 metros	6,50 metros	1,60 metros	3.000 metros
90	12"5	19 metros	6,25 metros	6,00 metros	1,50 metros	2.900 metros
80	13"	18 metros	6,00 metros	6,50 metros	1,40 metros	2.800 metros
70	13"5	17 metros	4,75 metros	6,00 metros	1,30 metros	2.700 metros
60	14"	16 metros	4,50 metros	4,50 metros	1,25 metros	2.600 metros
50	14"5	15 metros	4,25 metros	4,00 metros	1,20 metros	2.500 metros
40	15"	14 metros	4,00 metros	3,50 metros	1,15 metros	2.400 metros
30	15"5	13 metros	3,75 metros	3,00 metros	1,10 metros	2.300 metros
20	16"	12 metros	3,50 metros	2,50 metros	1,05 metros	2.200 metros
10	16"5	11 metros	3,25 metros	2,00 metros	1,00 metros	2.100 metros

Figura 2 – Tabela de avaliação física para mulheres (provas de campo):

Pontos Correspondentes	Corrida dos 100m rasos	Arremesso de Peso	Salto em Extensão	Subida em Corda Lisa	Salto em Altura	Corrida de 12 minutos
100	14"	20 metros	4,50 metros	3,60 metros	1,40 metros	2.400 metros
90	14"5	19 metros	4,25 metros	3,30 metros	1,35 metros	2.300 metros
80	15"	18 metros	4,00 metros	3,00 metros	1,30 metros	2.200 metros
70	15"5	17 metros	3,75 metros	2,70 metros	1,25 metros	2.100 metros
60	16"	16 metros	3,50 metros	2,40 metros	1,20 metros	2.000 metros
50	16"5	15 metros	3,25 metros	2,10 metros	1,15 metros	1.900 metros
40	17"	14 metros	3,00 metros	1,80 metros	1,10 metros	1.800 metros
30	17"5	13 metros	2,75 metros	1,50 metros	1,05 metros	1.700 metros
20	18"	12 metros	2,50 metros	1,20 metros	1,00 metros	1.600 metros
10	18"5	11 metros	2,25 metros	0,90 metros	0,95 metros	1.500 metros

5.2.2 Da matrícula ao EBEF

Para matrícula no EBEF serão aprovados os 30 (trinta) primeiros colocados por ordem de pontuação nas provas de pista, campo e habilidades desportivas, conforme as respectivas tabelas.

5.2.3 Orientações e instruções para aplicação das provas de campo

5.2.3.1 Corrida de 100 (cem) metros rasos

Prova individual, a ser desenvolvida em pista ou em área de superfície lisa demarcada. Este é um teste máximo de velocidade e o avaliado deve passar a faixa de chegada dentro de sua capacidade total. A posição de saída é em afastamento antero-posterior das pernas e com o pé da frente o mais próximo possível da marca de largada (saída). A voz de comando para largada será "atenção...já", onde será acionado o cronômetro no "já", parando-o no momento em que o avaliado cruzar a marca de chegada. Caso ocorra a necessidade de se repetir o teste, haverá um intervalo mínimo de 05 (cinco) minutos; o resultado do teste será o tempo de percurso dos 100 (cem) metros com precisão de centésimo de segundo. A cada candidato será permitida apenas uma tentativa.

Estado do Espírito Santo
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

5.2.3.2 Arremesso de peso

Estilo livre. A cada candidato serão permitidos 03 (três) arremessos com cada braço, anotando-se o melhor resultado para cada braço. A soma de ambos dará o resultado da prova. O peso para arremesso será de 5 kg (cinco quilogramas) para candidatos masculinos e de 3 kg (três quilogramas) para candidatas femininas.

5.2.3.3 Prova de salto em altura

O objetivo da prova de salto em altura é saltar verticalmente sobre um sarrafo, colocado na altura mínima da tabela da respectiva prova, transpondo-o, sem o derrubar. Só é permitido saltar com a impulsão promovida apenas por uma perna, sendo a dupla impulsão caso de anulação do

salto. A cada candidato serão permitidos 03(três) saltos, anotando-se o melhor resultado. Será facultado ao candidato fazer a execução de apenas uma tentativa.

5.2.3.4 Subida na corda lisa

A corda será suspensa verticalmente, com a extremidade inferior livre, de tal modo que, tão logo o candidato inicie a subida, partindo da posição em pé e sem saltar, perca contato com o solo. Será permitido apenas a utilização das mãos para os candidatos masculinos. Às candidatas femininas será permitida a utilização das mãos e dos pés. Na corda lisa serão demarcados sinais visíveis a cada 50 (cinquenta) centímetros para os candidatos masculinos e a cada 30 (trinta) centímetros para as candidatas femininas, até a altura máxima prevista na tabela.

5.2.3.5 Salto em extensão

O objetivo da prova de salto em altura é saltar horizontalmente sobre uma caixa de areia retangular devidamente demarcada. Só é permitido saltar com a impulsão promovida apenas por uma perna, sendo a dupla impulsão caso de anulação do salto. A cada candidato serão permitidos 3 (três) saltos anotando-se o melhor resultado. Mede-se o salto da marca de impulsão no solo até a marca de impacto mais próxima do ponto de impulsão. A inaptidão ocorrerá se, por qualquer motivo, o avaliado não obtiver êxito em saltar a distância mínima prevista na tabela para o concurso.

5.2.3.6 Teste de corrida em 12 minutos

O avaliado deve percorrer em uma pista de atletismo, ou em uma área demarcada, a maior distância possível em 12 (doze) minutos, sendo permitido andar durante o teste.

Anormalidades observadas com os candidatos, durante a aplicação dos testes, deverão ser registradas pelos examinadores e servirão de subsídios para complementar o exame médico de saúde.

Na corrida de 12 (doze) minutos será de 1(um) ponto para cada 5(cinco) metros percorridos.

5.2.4 Prescrições diversas para as modalidades desportivas

5.2.4.1 Teste de basquetebol

Na prova de basquetebol será possível atingir somatório máximo de 10,00 (dez) pontos, sendo os pontos atribuídos da seguinte forma:

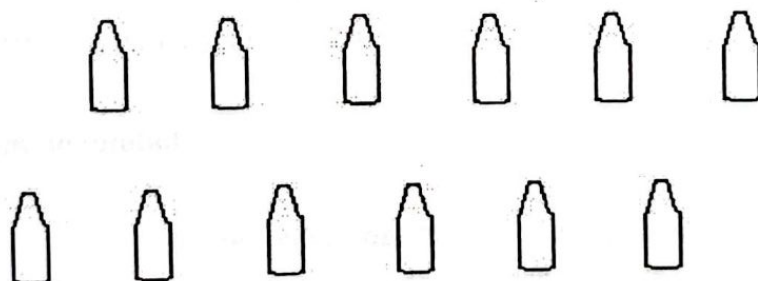
5.2.4.1.1 Bandeja

Execução de 5 arremessos, sendo 1 (um) arremesso pelo lado direito, 1 (um) frontal e 1 (um) pelo lado esquerdo da tabela e mais 2 (dois) arremessos de qualquer posição. Cada bandeja terá valor correspondente a 0,6 pontos por arremesso convertido. O candidato receberá a bola em movimento.

5.2.4.1.2 Drible e condução de bola

Quicar a bola entre 20 (vinte) obstáculos dispostos na quadra, a uma distância de 3 metros entre eles, conforme figura abaixo:

Figura 3 – Circuito da prova de basquetebol:



Os candidatos masculinos deverão conduzir a bola em 1 (um) minuto (ida e volta) para alcançarem uma pontuação equivalente a 2,0 pontos. A cada três segundos sobressalentes, serão descontados 0,1 pontos.

Para as candidatas femininas, o tempo será de 1(um) minuto e 10 (dez) segundos, para alcançarem uma pontuação equivalente a 2,0 pontos. A cada três segundos sobressalentes, serão descontados 0,1 pontos.

5.2.4.1.3 Rapidez de arremesso (em baixo) da cesta)

Movimentando-se à vontade, o candidato executa com a maior rapidez possível, arremessos durante 30 (trinta) segundos, iniciando de um lance-livre. A pontuação será determinada pela quantidade de acertos convertidos. Para os candidatos masculinos 20 (vinte) arremessos convertidos equivalerão a 2,0 pontos. Para as candidatas femininas 16 (dezesesseis) arremessos convertidos equivalerão a 2,0 pontos. A pontuação será iniciada somente a partir da quinta conversão.

5.2.4.1.4 Lances Livres

O candidato executará 10 (dez) lances-livres de acordo com as regras.

A pontuação será de 0,2 (zero vírgula dois) pontos para cada lance-livre convertido.

5.2.4.1.5 Atuação em jogo de basquetebol

Será simulada uma situação de jogo, por meio da qual, poderá ser obtida o pontuação máxima de 1 (um) ponto.

5.2.4.2 Teste de futebol

Na prova de futebol será possível atingir somatório máximo de 10,00 (dez) pontos, sendo os pontos atribuídos da seguinte forma:

5.2.4.2.1 Condução de bola com e sem obstáculo

Conduzir a bola primeiramente sem obstáculos a uma distância de 40 metros (ida e volta), na maior velocidade possível e posteriormente conduzir a bola entre obstáculos. Poderá ser atingida uma pontuação máxima de 2 (dois) pontos.

Figura 4 – Circuito da prova de futebol:



5.2.4.2.2 Passes curtos em progresso e precisão

Em duplas, os candidatos trocam passes em deslocamento a uma distância de 40 (quarenta) metros (ida e volta). A condução da bola deverá ser efetuada com um pé na ida e com o outro na volta. Poderá ser atingida uma pontuação máxima de 2 (dois) pontos nesta prova.

5.2.4.2.3 Chute a gol

Serão efetuados 5 (cinco) chutes a gol, sendo 3 (cinco) da marca penal, devendo ser executado um chute no lado direito do gol, um do lado esquerdo e um central e mais dois chutes das laterais do campo (esquerda e direita), em uma marca situada a 30 (trinta) metros da linha de fundo e a 5 (cinco) metros da linha lateral.

Poderá ser atingida uma pontuação máxima de 2 (dois) pontos, sendo as cobranças efetuadas na marca penal equivalentes a 1,0 (um) ponto e tiro livre 1,0 (um) ponto.

5.2.4.2.4 Controle individual de bola (embaixadas)

Serão efetuadas embaixadas com a bola de futebol, durante aproximadamente 30 (trinta) segundos. O candidato deverá iniciar com a bola a partir do solo.

Poderá ser atingida uma pontuação máxima de 2 (dois) pontos.

5.2.4.2.5 Atuação em jogo avaliado

Será simulada uma situação de jogo, por meio da qual, poderá ser obtida a pontuação máxima de 1 (um) ponto.

5.2.4.3 Teste de voleibol

Na prova de voleibol será possível atingir somatório máximo de 10,00 (dez) pontos, sendo os pontos atribuídos da seguinte forma:

5.2.4.3.1 Toque sobre a cabeça

De pé, toques consecutivos em área livre (quadra), onde a bola deve subir pelo menos 1,50 m (um metro e meio) acima da cabeça. Poderá ser atingida uma pontuação máxima de 2 (dois) pontos.

5.2.4.3.2 Manchete

De pé, manchetes consecutivas em área livre (quadra). Poderá ser atingida uma pontuação máxima de 2 (dois) pontos.

5.2.4.3.3 Saque

O candidato deverá executar saques fracos e fortes, alternada e corretamente. Poderá ser atingida uma pontuação máxima de 2 (dois) pontos.

5.2.4.3.4 Atuação em jogo avaliado

Os 4 (quatro) pontos restantes, serão atribuídos pela observação do candidato durante partida de 15 minutos.

5.2.4.4 Teste de ginástica

5.2.4.4.1 Rotina de Solo (1 a 10 pontos)

- a) parada em 3 (três) pontos invertidos;
- b) salto com uma volta ao redor de si mesmo;
- c) cambalhota para frente;
- d) cambalhota para trás;
- e) estrela.

5.2.4.4.2 Barra (1 a 10 pontos)

- a) oitava;
- b) balanço de saída.

A nota do teste será a média aritmética de a e b (rotina de solo e barra).

5.2.4.5 Teste de natação

5.2.4.5.1 Nado livre

O candidato deverá nadar 50 (cinquenta) metros em qualquer estilo para obter nota 5 (cinco). Serão observadas a coordenação e a aptidão para a natação.

5.2.4.5.2 Mergulho livre

O candidato deverá deslocar-se em mergulho livre por uma distância de 25 (vinte e cinco) metros para obter nota 5 (cinco).

5.3 Duração

O Estágio Básico de Educação Física (EBEF) ~~se~~ desenvolverá durante o segundo semestre do ano letivo de 2001 (dois mil e um).

Utilizando para tanto, as dependências e o complexo esportivo da Academia de Polícia Militar (APM) do Estado de Goiás (Anexo C).

Conforme o calendário (Anexo A), o início está previsto para o dia 1º (primeiro) de agosto e o encerramento no dia 26 (vinte e seis) do mês de novembro. A solenidade de formatura está prevista para o dia 28 (vinte e oito) de novembro. A carga horária compreende 585 (quinhentas e oitenta e cinco) horas-aula e o estágio supervisionado totaliza 45 (quarenta e cinco) perfazendo um total de 630 (seiscentas e trinta) horas-aula.

5.4 Funcionamento

O EBEF funcionará em caráter de período integral. Havendo quatro (4) horas-aula no período matutino e quatro (4) no vespertino durante todos os dias da semana, exceto nas quartas-feiras quando haverá somente aula no período matutino, como é de praxe daquela casa de ensino.

A hora-aula terá duração de 45(quarenta e cinco) minutos.

Os alunos participarão da revista geral diária prevista para ^{às 07h30} as 7:30 h com o uniforme de acordo com o estabelecido para cada revista.

As aulas do período matutino terão início às 08:00 h (oito horas) e encerramento às 11:20 h (onze horas e vinte minutos). Haverá um intervalo de 20 min (vinte minutos) no período compreendido entre as 9:30 h (nove horas e trinta minutos) às 9:50 h (nove horas e cinquenta minutos).

O almoço dar-se-á no período das 11:20 h (onze e vinte) horas às 13:20 h (treze e vinte) horas.

No período vespertino as aulas serão a partir das 13:20 h (treze horas e vinte minutos) e encerrar-se-ão às 16:50 h (dezesseis horas e cinquenta minutos). Havendo um intervalo de 20 min (vinte minutos) entre as 14:50 h (quatorze horas e cinquenta minutos) às 15:10 h (quinze horas e dez minutos).

Haverá também um intervalo de 10 min (dez minutos) entre as 15:55 h (quinze horas e cinquenta e cinco minutos) e 16:05 h (dezesesseis horas e cinco minutos).

Nas quartas-feiras as aulas começarão normalmente às 08:00 h (oito horas) e encerrar-se-ão às 12:15 h (doze e quinze horas), após a quinta aula. Haverá contudo, um intervalo de 10 min (dez minutos) entre as 11:20 h (onze horas e vinte minutos) e 11:30 h (onze horas e trinta minutos).

Haverá cotidianamente a revista após as últimas aulas, sendo que às quartas-feiras será às 12:20 h (doze horas e vinte minutos) e, nos demais dias, às 16:55 h (dezesesseis horas e cinquenta minutos). Momento dos avisos gerais para a liberação às 12:30 h (doze horas e trinta minutos) e 17:00 h (dezesete horas) respectivamente.

5.5 Da aprovação

Em se tratando do EBEF, os instrutores poderão utilizar os processos de avaliação mencionados no capítulo anterior como forma de avaliação devendo, não obstante, aplicar uma Verificação Corrente teórica como processo obrigatório de avaliação.

Os instrutores de disciplinas de cunho prático poderão, além da verificação teórica, dispor de verificação prática como forma de avaliação das habilidades e conhecimentos adquiridos. Neste caso, a nota desta verificação será computada juntamente com a Verificação Corrente (VC) teórica para o cálculo da nota final da disciplina, a critério do instrutor.

5.5.1 Da verificação corrente (VC)

A nota mínima para aprovação nesta avaliação é 7,0 (sete), isto é, 70% (setenta por cento) da nota total da avaliação, sendo que a mesma terá valor correspondente a duas vezes o valor da Verificação Final (VF).

5.5.2 Da verificação final

O aluno que não obtiver a nota mínima na Verificação Corrente (VC) será submetido à esta avaliação.

5.5.3 Do aproveitamento

O cálculo para apuração da nota final será feito conforme demonstram as fórmulas abaixo descritas:

a) nota da Verificação Corrente (VC) acima de 7,0 (sete): $\frac{VC \times 2}{2} = \text{nota final}$;

2

Lê-se: nota da Verificação Corrente vezes dois, dividindo-se por dois, é igual à nota final.

b) nota da Verificação Corrente (VC) abaixo de 7,0 (sete): $\frac{(VC \times 2) + VF}{3} = \text{nota final}$.

3

Lê-se: nota da Verificação corrente (VC) vezes dois, mais Verificação Final (VF) dividindo-se por três, é igual à nota final.

O aluno para ser aprovado deverá obter a nota final acima ou igual a 5,0 (cinco), isto é, 50% (cinquenta por cento) de aproveitamento e ter comprovado por meio de ficha de estágio (Anexo B), um total mínimo de 45 horas de estágio supervisionado.

A nota final do curso será definida através ^{do} da somatória ^o das notas finais de todas as matérias dividida pelo número total de matérias.

Não haverá somatória ^o de notas para fins de classificação.

5.6 Da Frequência às Aulas

A frequência consiste na assiduidade do aluno às aulas ou em atividades pedagógicas. A falta, por sua vez, caracteriza-se pela ausência às aulas ou às atividades pedagógicas previstas no Quadro de Trabalho Semanal (QTS), por parte do discente.

O atraso consiste em apresentar-se às aulas ou atividades pedagógicas após seu horário inicial e antes do seu término.

Os atrasos e as faltas serão controlados através de pontos, sendo descontados a rigor.

5.6.1 Do controle de pontos

O controle de pontos ocorrerá toda vez que o discente faltar ou atrasar-se para qualquer instrução ou atividade pedagógica. Serão descontados da forma que a seguir se descreve:

1) ao discente será descontado 1 (um) ponto por dia útil quando a falta for consequência de acidente em serviço ou moléstia nele adquirida, comprovados através de atestado médico. Neste caso, a moléstia deverá ter relação de causa e efeito comprovada em procedimento administrativo peculiar. Entende-se por serviço neste caso:

- a) as aulas;
- b) o período escolar;
- c) os estágios supervisionados;
- d) as atividades pedagógicas relacionadas ao EBEF;
- e) os treinamentos supervisionados;
- f) as escalas de serviço.

2) ao discente será descontada 0,5 (meio) ponto por aula ou atividade equivalente se a falta for em virtude do auxílio à família ou de consultas a profissionais da área de saúde;

3) será descontado do discente 1 (um) ponto por aula ou atividade equivalente por falta não justificada;

4) será descontado 1 (um) ponto por aula ou atividade equivalente ao discente de alegar impossibilidade em executar a parte prática da instrução. Ao abrigo do item 1, será descontado 0,5 (meio) ponto ao discente;

5) não serão descontadas as faltas, além das previstas em lei, quando por requisição do Poder Judiciário ou ordem do Comandante Geral;

6) será descontado 0,5 (meio) ponto ao discente que chegar atraso a qualquer atividade relacionada ao EBEF ou ato de serviço previsto no item 1.

5.7 Do Desligamento

O aluno será desligado quando:

- a) a pedido;
- b) ingressar no mau comportamento, se praça;
- c) cometer falta disciplinar que, a critério do Comandante da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, o incompatibilize a continuar freqüentando o curso;
- d) for reprovado em alguma disciplina;
- e) perder mais de 10 (dez) pontos durante o período do EBEF;

O desligamento será efetivado pelo Comandante da Academia de Polícia Militar.

5.8 Do Estágio Supervisionado

O estágio supervisionado compreende atividades didáticas e ou esportivas em que o aluno assista ou participe de sua realização.

Ao final do curso o discente deverá comprovar um total mínimo de 45 (quarenta e cinco) horas. A comprovação do estágio será efetuado através da assinatura da autoridade esportiva do evento ou seu representante na respectiva ficha de estágio (Anexo D).

5.9 Do Certificado e Brevê do EBEF

Após a conclusão do EBEF, o formado terá direito a usar, em local de destaque de sua farda e estabelecido em regulamento, o respectivo brevê (Anexo E).

Receberá, ainda, o certificado de conclusão do EBEF, oficializando seu aproveitamento (Anexo F).

CAPÍTULO 6 – CURRÍCULO DO CURSO

Após detalhada análise, e meticulosa comparação entre as grades curriculares dos cursos de Educação Física da Universidade de São Paulo (USP), Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), Curso de Instrutor/Monitor de Educação Física e Curso Auxiliar de Treinamento Físico (CATF) da Escola de Educação Física da Polícia Militar de São Paulo e da Escola Superior de Educação Física e Fisioterapia de Goiás, chegou-se a conclusão que a grade curricular abaixo apresentada, ^{que} abrange o conteúdo mínimo necessário para possibilitar a formação de um orientador de atividades físicas.

6.1 Grade Curricular

Figura 5 – Tabela das disciplinas e carga horária do EBEF:

Nº	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
01	ANATOMIA	40
02	ATLETISMO	30
03	BASQUETEBOL	20
04	CONDICIONAMENTO PROFISSIONAL	30
05	DEFESA PESSOAL	20
06	FISIOLOGIA	30
07	FISIOTERAPIA	16
08	FUTEBOL	30
09	FUTSAL	30
10	GINÁSTICA GERAL	80
11	GINÁSTICA OLÍMPICA	15
12	HANDEBOL	20
13	HIGIENE E SOCORROS DE URGÊNCIA	21
14	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA	16
15	MEDIDAS E AVALIAÇÃO	16
16	METODOLOGIA DO TREINAMENTO DESPORTIVO	20

17	MUSCULAÇÃO	30
18	NATAÇÃO	30
19	NUTRIÇÃO APLICADA À EDUCAÇÃO FÍSICA	16
20	ORGANIZAÇÃO E LEGISLAÇÃO DESPORTIVA	16
21	RECREAÇÃO E LAZER	15
22	TÉCNICAS DE TIRO DEFENSIVO	20
23	VOLEIBOL	30
SOMA DA CARGA HORÁRIO DAS DISCIPLINAS		585
ESTÁGIO SUPERVISIONADO		45
CARGA HORÁRIA TOTAL		630

6.2 Objetivos Particulares de Cada Disciplina

6.2.1 Anatomia

Estudos de Anatomia aplicada ao ensino de educação física abrangendo, macroscopicamente, a forma dos órgãos e dos sistemas do corpo humano, com maior ênfase no aparelho locomotor.

Deverá, portanto, proporcionar noções básicas que capacitem o aluno a:

- 1- compreender o estudo anatômico dos órgãos, aparelhos e sistemas do corpo humano, identificando seus componentes reconhecendo sua forma, situação e topografia;
- 2- identificar os aspectos anatômicos do coração, vasos sanguíneos e linfáticos;
- 3- reconhecer os vários locais anatômicos de mensuração de frequência cardíaca;
- 4- conhecer os principais ossos, músculos, tendões e articulações;
- 5- identificar os aspectos anatômicos dos componentes do sistema nervoso e sua divisão básica.

6.2.2 Atletismo

Proporcionar noções básicas que capacitem o aluno a:

- 1- conhecer as diversas modalidades de corridas e suas técnicas;
- 2- caracterizar os lançamentos e arremessos e suas técnicas;
- 3- conhecer os tipos de saltos e suas técnicas;
- 4- conhecer e interpretar as regras básicas de Atletismo.

6.2.3 Basquetebol

(Impossível em 20 horas aula !!!)

Proporcionar conhecimentos básicos que capacitem o

aluno a:

- 1- conhecer a evolução histórica do Basquetebol;
- 2- identificar analiticamente e executar os fundamentos do Basquetebol;
- 3- conhecer e aplicar as técnicas individuais de defesa e ataque;
- 4- identificar e aplicar os sistemas defensivos e ofensivos;
- 5- conhecer e interpretar as principais regras do jogo.

Sugestão

6.2.4 Condicionamento Físico Profissional

Proporcionar conhecimentos básicos que capacitem o

aluno a:

- 1- dirigir atividades físicas que proporcionem a aprendizagem e aperfeiçoamento de técnicas policiais;
- 2- compreender a importância das aplicações das técnicas policiais-militares na prática de atividades físicas;
- 3- orientar práticas de atividades físicas que possibilitem melhoria na qualidade de vida e o aprimoramento técnico-profissional.

6.2.5 Defesa Pessoal

Proporcionar conhecimentos básicos que capacitem o

aluno a:

- 1- reconhecer a importância de técnicas de defesa pessoal para atividade policial;
- 2- executar técnicas básicas de defesa pessoal aplicada à atividade policial;

- 3- transmitir técnicas de defesa pessoal;
- 4- aplicar técnicas de relaxamento, concentração e velocidade de reação como acessório de defesa pessoal;
- 5- conhecer a evolução histórica do bastão tonfa;
- 6- executar técnicas de manuseio do bastão tonfa como instrumento de defesa pessoal;
- 7- reconhecer a importância do bastão tonfa como meio disponível que se interpõe ao uso de arma de fogo;
- 8- reconhecer a importância das técnicas de prevenção, segurança e defesa;
- 9- executar e reconhecer as técnicas de prevenção, segurança física de instalações, segurança pessoal, procedimentos de direção defensiva, técnicas de deslocamento e manobrabilidade urbana e rural e noções básicas de explosivos;
- 10- desenvolver e apurar reflexos aplicando os fundamentos de defesa pessoal, técnicas de manuseio do bastão tonfa, técnicas de manuseio e adaptação às armas de fogo utilizadas na Polícia Militar do Estado de Goiás de acordo com as técnicas de prevenção, segurança e defesa.

6.2.6 Fisiologia

Proporcionar conhecimentos básicos que capacitem o aluno a:

- 1- conhecer o funcionamento das células, dos órgãos e sistemas do organismo e as interdependências existentes com o objetivo da manutenção da homeostasia e ~~do~~ bom funcionamento do corpo humano;
- 2- interpretar a Fisiologia destacando a importância de seu estudo na atividade física;
- 3- identificar os aspectos fisiológicos relacionados aos funcionamento das estruturas dos sistemas do corpo humano;
- 4- identificar os aspectos fisiológicos relacionados ao meio ambiente;
- 5- interpretar o funcionamento normal e as adaptações dos processos de ressíntese, bem como, do limiar anaeróbio;
- 6- interpretar fisiologicamente a aptidão física e destacar sua importância para o desempenho profissional do policial militar.

6.2.7 Fisioterapia

Proporcionar conhecimentos básicos que capacitem o
aluno a:

- 1- conhecer os fundamentos técnicos da Fisioterapia aplicados à atividade física;
- 2- assimilar conhecimentos básicos sobre a fisiopatologia das lesões do aparelho locomotor durante o esporte e a Fisiologia da cicatrização tecidual.

6.2.8 Futebol

Proporcionar conhecimentos básicos que capacitem o
aluno a:

- 1- conhecer a evolução histórica da modalidade;
- 2- conhecer as regras básicas do futebol;
- 3- conhecer e executar os fundamentos técnicos do futebol;
- 4- conhecer e executar os sistemas de jogo e suas aplicações práticas.

6.2.9 Futsal

Proporcionar conhecimentos básicos que capacitem o
aluno a:

- 1- conhecer a evolução histórica do Futsal;
- 2- identificar e executar os fundamentos técnicos do futsal;
- 3- identificar e executar os tipos de marcação;
- 4- identificar e diferenciar os sistemas básicos durante o jogo;
- 5- identificar e aplicar técnicas individuais defensivas e ofensivas;
- 6- conhecer e interpretar as regras vigentes para a modalidade.

6.2.10 Ginástica Artística

Proporcionar conhecimentos básicos que capacitem o
aluno a:

- 1- desenvolver o aprendizado de exercícios técnicos para o auxílio na formação física básica, destreza e coordenação, a outras modalidades desportivas, mormente, profissionais;
- 2- reconhecer a importância da prática de ginástica artística para o desenvolvimento harmônico das qualidades físicas.

6.2.11 Ginástica Geral

- 1- conhecer, analisar e aplicar os princípios básicos do treinamento esportivo;
- 2- interpretar os aspectos fisiológicos, psicológicos e físicos durante a prática de atividades físicas;
- 3- identificar e utilizar alguns materiais durante a prática de atividades físicas;
- 4- conhecer e aplicar os vários métodos de treinamentos para a melhoria do condicionamento físico e performance;
- 5- identificar as necessidades individuais de forma a motivar a prática de atividades físicas;
- 6- identificar os fatores que influenciam no desempenho durante a atividade física;
- 7- reconhecer que a melhoria no condicionamento físico proporciona melhorias no desempenho profissional;
- 8- desenvolver o condicionamento durante o EBEF.

6.2.12 Handebol

Proporcionar conhecimentos básicos que capacitem o aluno a:

- 1- conhecer o surgimento e a evolução histórica do Handebol;
- 2- identificar, diferenciar e executar as fundamentos técnicos e táticos da modalidade;
- 3- conhecer, executar e aplicar os sistemas defensivos e ofensivos;
- 4- conhecer, interpretar e aplicar as regras do jogo.

6.2.13 Higiene e Socorros de Urgência

aluno a:

Proporcionar conhecimentos básicos que capacitem o

- 1- conhecer os fundamentos de higiene, considerando as noções básicas de saúde, epidemiologia e doenças transmissíveis;
- 2- conhecer procedimentos técnicos/científicos no atendimento de pessoas lesionadas por traumatismos e ou afecções ocorridas durante a prática a execução de exercícios físicos e ou jogos esportivos que necessitem de primeiros socorros;
- 3- reconhecer e aplicar as regras básicas de higiene em vestiários, piscinas e ginásios;
- 4- identificar aspectos salutareos relacionados à iluminação, poluição e higiene e ao indivíduo;
- 5- reconhecer as defesas orgânicas, as verminoses, parasitose principais moléstias infecto-contagiosas;
- 6- proceder ao atendimento pré-hospitalar, através de identificação e tratamento das diversas emergências como, traumas, hemorragias, asfixias, convulsões e outras situações emergenciais;
- 7- conhecer as funções básicas de um socorrista.

6.2.14 História da Educação Física

Possibilitar ao aluno :

- 1- adquirir conhecimentos sobre a origem da atividade física, Educação física e desportos entre as civilizações antigas, as evoluções sofridas e as influências na atualidade;
- 2- conhecer a evolução histórica dos esportes individuais e coletivos;
- 3- conhecer a origem e a evolução dos Jogos Olímpicos até os dias atuais.

6.2.15 Medidas e Avaliação

Proporcionar conhecimentos que capacitem o aluno :

- 1- reconhecer os principais parâmetros fisiológicos da aptidão física geral e o comportamento deste na variação da idade e sexo;

- 2- determinar e classificar os indivíduos de acordo com as diferentes medidas biométricas;
- 3- compreender a avaliação como parte do planejamento do treinamento;
- 4- conhecer os principais instrumentos de avaliação.

6.2.16 Metodologia do Treinamento Desportivo

Proporcionar conhecimentos que capacitem o aluno a:

- 1- conhecer os princípios básicos da atividade física, métodos de treinamento e seus efeitos fisiológicos;
- 2- conhecer os métodos de organização e controle do treinamento;
- 3- identificar o processo histórico do treinamento;
- 4- conhecer e aplicar os princípios e fundamentos básicos do treinamento das qualidades físicas.

6.2.17 Musculação

Proporcionar conhecimentos que capacitem o aluno a:

- 1- conhecer a evolução histórica do treinamento de força;
- 2- conhecer e aplicar os vários tipos de treinamentos de força para o aprimoramento do condicionamento físico;
- 3- conhecer e executar trabalhos de musculação como ginástica corretiva;
- 4- conhecer e aplicar o trabalho de musculação com pesos, halteres e máquinas de força como meio de desenvolvimento do condicionamento físico;
- 5- conhecer os efeitos e implicações fisiológicas e anatômicas geradas pelo trabalho de musculação.

6.2.18 Natação

Propiciar noções básicas que capacitem o aluno a;

- 1- conhecer a evolução histórica da Natação;

- 2- possuir conhecimentos elementares teóricos e práticos das possibilidades do movimento humano no meio líquido;
- 3- conhecer os aspectos fisiológicos e psicológicos da iniciação e aprendizagem da Natação;
- 4- conhecer e aplicar os fundamentos básicos de cada estilo;
- 5- conhecer o desenvolvimento e aplicação prática dos estilos crawl, peito, costas e borboleta;
- 6- conhecer e aplicar as regras básicas de cada estilo;
- 7- organizar provas competitivas;
- 8- conhecer e aplicar técnicas e táticas de salvamento aquático.

6.2.19 Nutrição Aplicada à Educação Física

Proporcionar conhecimento que capacitem o aluno a:

- 1- conhecer a influência e a importância dos diferentes nutrientes para o organismo humano relativos à atividade física;
- 2- identificar as principais funções dos nutrientes durante as alterações metabólicas na atividade física;
- 3- conhecer as necessidades de energia e nutrientes para os indivíduos nas diferentes atividades físicas;
- 4- conhecer e analisar os diferentes tipos de dietas.
- 5- identificar os principais problemas nutricionais relativos ao exercício físico.

6.2.20 Organização e Legislação Esportiva

Proporcionar conhecimentos que capacitem o aluno a:

- 1- conhecer a organização geral dos desportos no Brasil;
- 2- identificar os aspectos e conceitos de organização;
- 3- conhecer e aplicar os processos de organização de competições desportivas;
- 4- conhecer a legislação desportiva vigente no Brasil.

6.2.21 Recreação

Proporcionar conhecimento que capacitem o aluno a:

- 1- reconhecer a importância da prática de atividades recreativas na atualidade;
- 2- reconhecer a importância de atividades recreativas para o policial militar;
- 3- organizar eventos recreativos.

6.2.22 Técnicas de Tiro Defensivo

Proporcionar conhecimento que capacitem o aluno a:

- 1- executar técnicas de manuseio de arma de fogo como instrumento de defesa;
- 2- desenvolver o sentido de adaptação e segurança quanto ao conhecimento e aplicação de técnicas de tiro defensivo;
- 3- conhecer e aplicar técnicas de tiro defensivo através de montagens de pistas de aplicação.

6.2.23 Voleibol

Proporcionar conhecimentos que capacitem o aluno a:

- 1- conhecer a evolução histórica do Voleibol;
- 2- conhecer e executar os fundamentos do Voleibol;
- 3- conhecer e executar os diversos tipos de táticas;
- 4- conhecer e aplicar as infiltrações e trocas;
- 5- conhecer e interpretar as regras do jogo.

CAPÍTULO 7 – DADOS REFERENTES À PESQUISA

7.1 Tipo de Pesquisa

Para a complementação deste trabalho, realizou-se uma pesquisa de campo através de um questionário (Anexo B). Foram colhidas informações, julgadas úteis à abordagem estatística, relacionadas ao tema proposto. Procurando a comprovação de algumas hipóteses surgidas na fase preliminar, além da detecção de razões e justificativas de fatos referidos quando do questionamento.

A pesquisa foi aplicada junto aos policiais militares do Estado de Goiás, pertencentes às mais diversas unidades, abrangendo indivíduos de ambos os sexos, sem distinção de idade e função, sendo realizada no período de 21 a 25 de agosto de 2000.

7.2 Definição da População

A população pesquisada constitui-se de indivíduos que fazem parte da Polícia Militar do Estado de Goiás, exercendo funções policiais, totalizando aproximadamente 12.000 indivíduos, espalhados por todo Estado.

7.3 Definição da Amostra

Em virtude da população ser consideravelmente numerosa, foi selecionada uma amostra aleatória dentre essa mesma população, num total de 128 policiais militares. Foram questionados indivíduos pertencentes a todos os postos e graduações, isto é, de Soldados a Coronel PM.

Segundo GIL (1996, p.100-101), para que os dados obtidos num levantamento sejam significativos, é necessário que a amostra seja constituída por um número adequado de elementos. Dessa forma, para a amostra já citada, existirá uma margem de erro de mais ou menos 10%, pois a população estudada não ultrapassa 100.000 pessoas.

CAPÍTULO 7 – DADOS REFERENTES À PESQUISA

7.1 Tipo de Pesquisa

Para a complementação deste trabalho, realizou-se uma pesquisa de campo através de um questionário (Anexo B). Foram colhidas informações, julgadas úteis à abordagem estatística, relacionadas ao tema proposto. Procurando a comprovação de algumas hipóteses surgidas na fase preliminar, além da detecção de razões e justificativas de fatos referidos quando do questionamento.

A pesquisa foi aplicada junto aos policiais militares do Estado de Goiás, pertencentes às mais diversas unidades, abrangendo indivíduos de ambos os sexos, sem distinção de idade e função, sendo realizada no período de 21 a 25 de agosto de 2000.

7.2 Definição da População

A população pesquisada constitui-se de indivíduos que fazem parte da Polícia Militar do Estado de Goiás, exercendo funções policiais, totalizando aproximadamente 12.000 indivíduos, espalhados por todo Estado.

7.3 Definição da Amostra

Em virtude da população ser consideravelmente numerosa, foi selecionada uma amostra aleatória dentre essa mesma população, num total de 128 policiais militares. Foram questionados indivíduos pertencentes a todos os postos e graduações, isto é, de Soldados a Coronel PM.

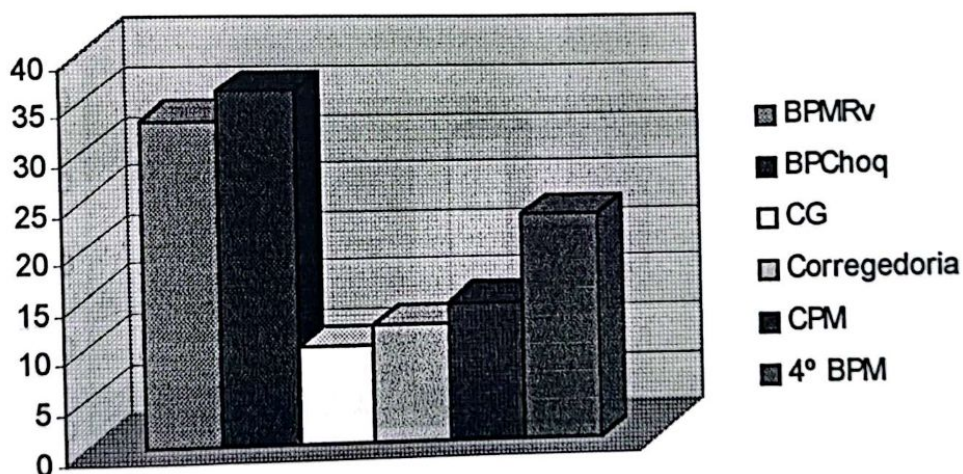
Segundo GIL (1996, pp.100-101), para que os dados obtidos num levantamento sejam significativos, é necessário que a amostra seja constituída por um número adequado de elementos. Dessa forma, para a amostra já citada, existirá uma margem de erro de mais ou menos 10%, pois a população estudada não ultrapassa 100.000 pessoas.

7.4 Coleta de Dados

Os 128 questionários foram preenchidos por policiais militares das seguintes unidades conforme segue:

- a) BPMRv: 33 (trinta e nove);
- b) BPChoq: 36 (trinta e seis);
- c) CG: 10 (dez);
- d) Corregedoria: 12 (doze);
- e) CPM: 14 (quatorze);
- f) 4º BPM: 23 (vinte e três).

Figura 6 – Gráfico relativo à distribuição da população entrevistada:



7.5 Resultado da Pesquisa

7.5.1 Questão 1

Buscou-se, inicialmente, saber o posto ou a graduação, a unidade onde trabalha, a idade, o sexo, o tempo de serviço e o tipo de atividade desenvolvida na PM.

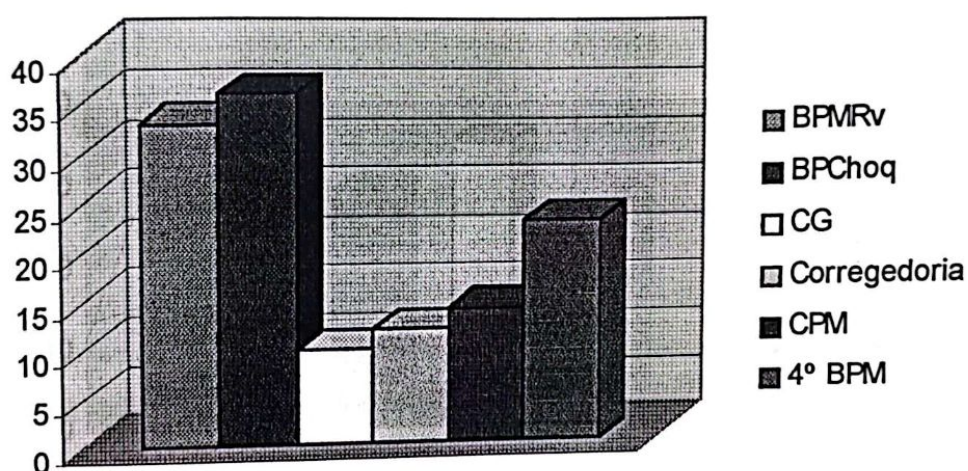
Para fins de análise estatística, foram tabulados os dados referentes ao posto e a graduação dos policiais militares, observando-se o seguinte:

7.4 Coleta de Dados

Os 128 questionários foram preenchidos por policiais militares das seguintes unidades conforme segue:

- a) BPMRv: 33 (trinta e nove);
- b) BPChoq: 36 (trinta e seis);
- c) CG: 10 (dez);
- d) Corregedoria: 12 (doze);
- e) CPM: 14 (quatorze);
- f) 4° BPM: 23 (vinte e três).

Figura 6 – Gráfico relativo à distribuição da população entrevistada:



7.5 Resultado da Pesquisa

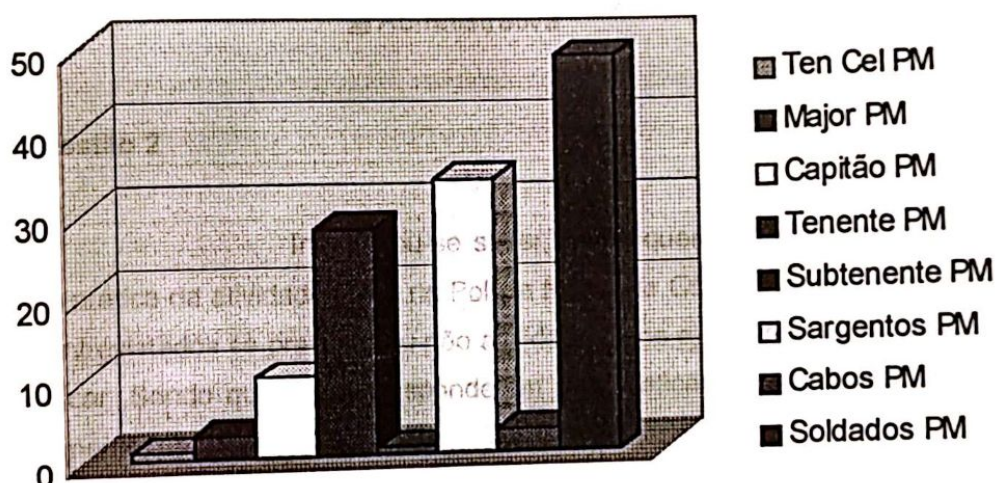
7.5.1 Questão 1

Buscou-se, inicialmente, saber o posto ou a graduação, a unidade onde trabalha, a idade, o sexo, o tempo de serviço e o tipo de atividade desenvolvida na PM.

Para fins de análise estatística, foram tabulados os dados referentes ao posto e a graduação dos policiais militares, observando-se o seguinte:

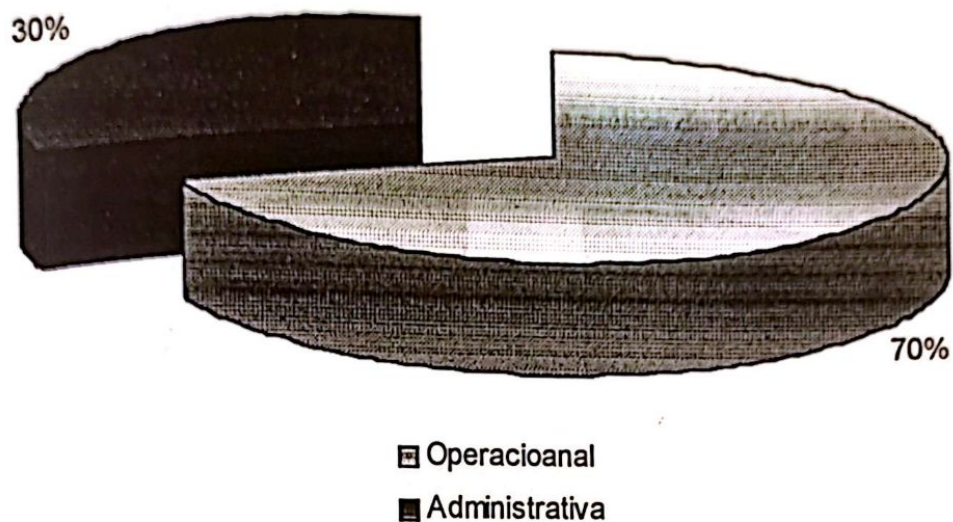
- a) Coronel PM: 0 (zero);
- b) Ten Cel PM: 1 (um);
- c) Major PM: 3 (três)
- d) Capitão PM: 10 (dez);
- e) Tenente PM: 28 (vinte e oito);
- f) Subtenente PM: 1 (um);
- g) Sargentos PM: 34 (trinta e quatro);
- h) Cabos PM: 3 (três)
- i) Soldados PM: 49 (quarenta e nove).

Figura 7 – Gráfico relativo à população entrevistada:



Interessaram-se também, para fins de análise estatística, os dados referentes ao tipo de atividade desenvolvida, ou seja, se executa função operacional ou administrativa, observando-se que dos policiais militares entrevistados 89 exerciam funções operacionais e 39 executavam funções administrativas.

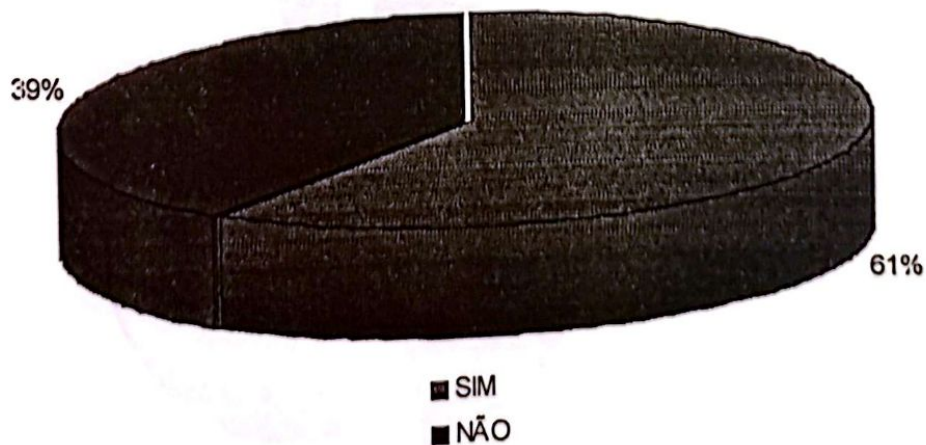
Figura 8 – Gráfico referente à atividade desenvolvida:



7.5.2 Questão 2

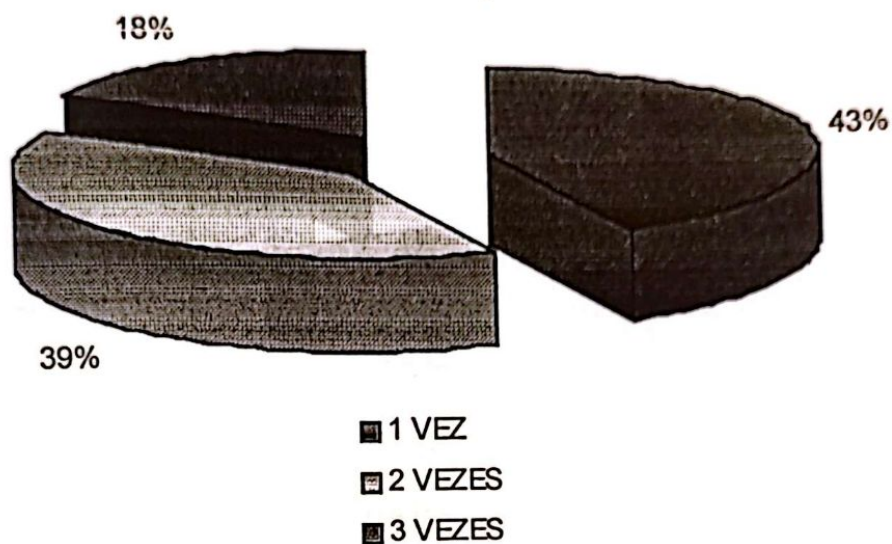
Interessou-se saber, nesta questão, qual a real situação quanto à prática da atividade física na Polícia Militar de Goiás. Assim, perguntaram-se aos entrevistados se praticam ou não atividade física e os motivos de praticar ou não praticar. Sendo que 60,7% responderam que praticam e 39,3% responderam negativamente.

Figura 9 – Gráfico relativo à prática de atividades físicas:



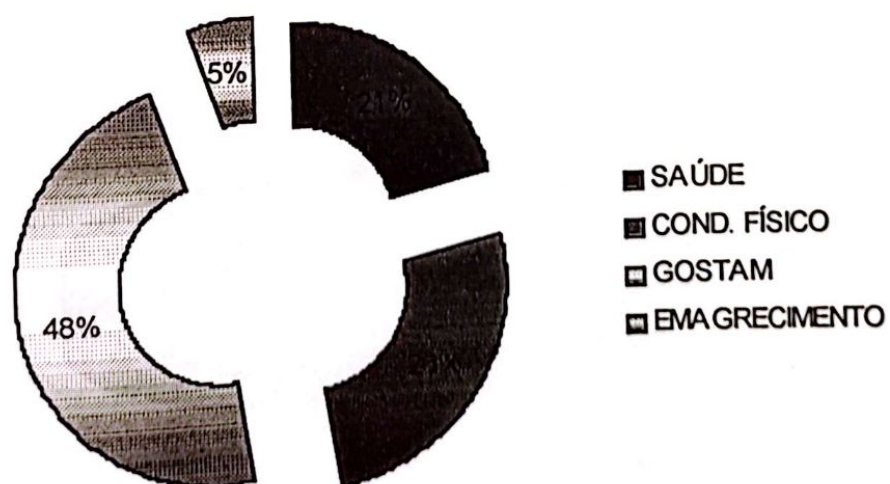
Desta forma daqueles que responderam se praticantes 42,9% praticam somente uma vez por semana; 39,3% praticam duas vezes e 17,8% praticam 3 vezes durante a semana.

Figura 10 – Gráfico relativo à frequência na prática de atividades físicas:



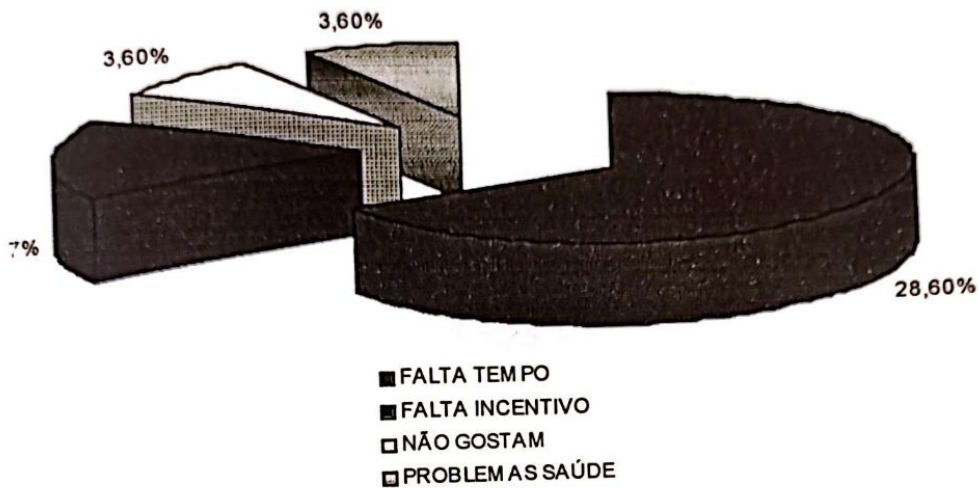
Complementando ainda, 14,3% responderam que praticam por questões de saúde; 17,8% responderam para manutenção ou melhoria do condicionamento físico; 32% porque simplesmente gostam; 3,6% emagrecimento e os demais por outros motivos ou não responderam.

Figura 11 – Gráfico relativo à razão da prática de atividades físicas:



Dos não praticantes, 28,6% alegaram falta de tempo; 7,1% disseram que não praticam por falta de incentivo; 3,6% não gostam, 3,6% por problemas de saúde e os demais por outros motivos ou não responderam.

Figura 12 – Gráfico relativo à razão de não praticar atividades físicas:



Perguntaram-se ^{se} ainda aos não praticantes se gostariam de praticar atividades físicas, sendo que 100% responderam sim. Desse total, 63,6 responderam que gostariam de praticar durante o horário de serviço e 36,4% preferem durante o horário de folga.

Figura 13 – Gráfico relativo ao interesse em praticar atividades físicas:

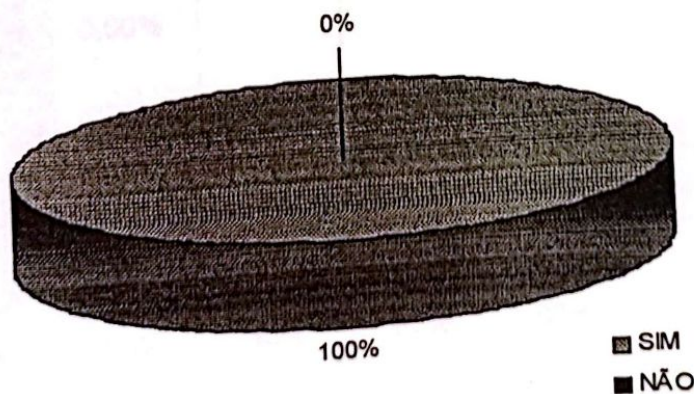
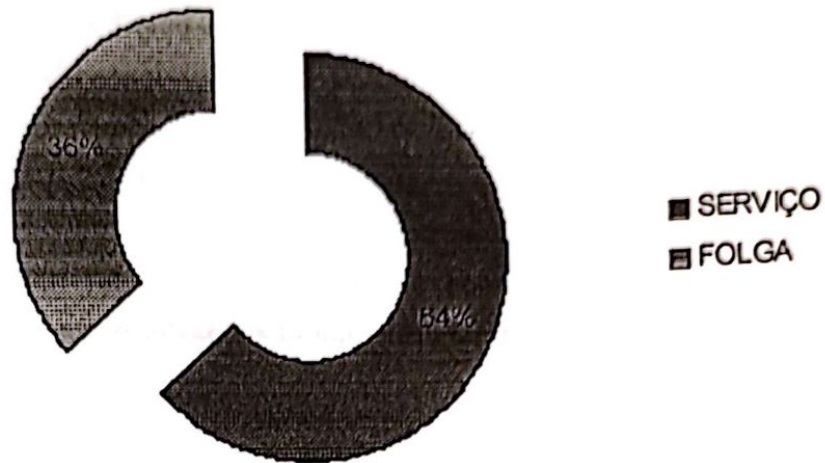


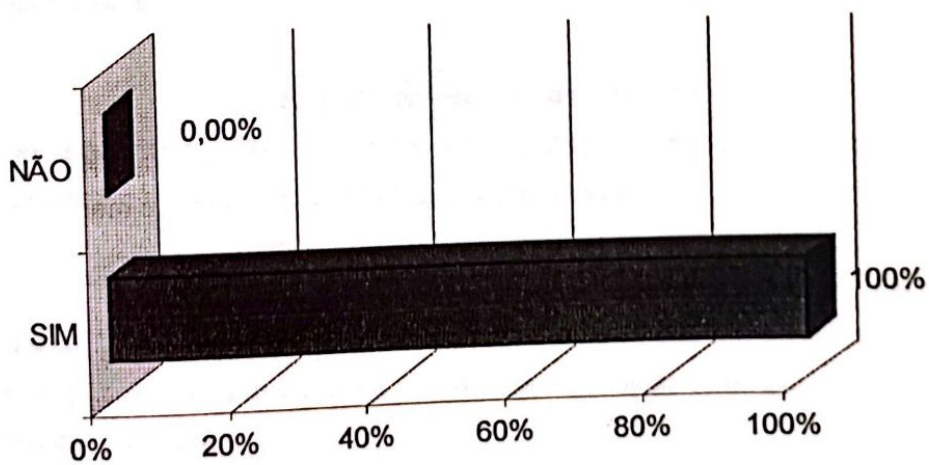
Figura 14 – Gráfico relativo ao período em que se prefere praticar atividades físicas:



7.5.3 Questão 3

Perguntou-se quão importante é a prática de atividades físicas nessa questão. A resposta foi unânime, isto é, 100% dos entrevistados responderam positivamente.

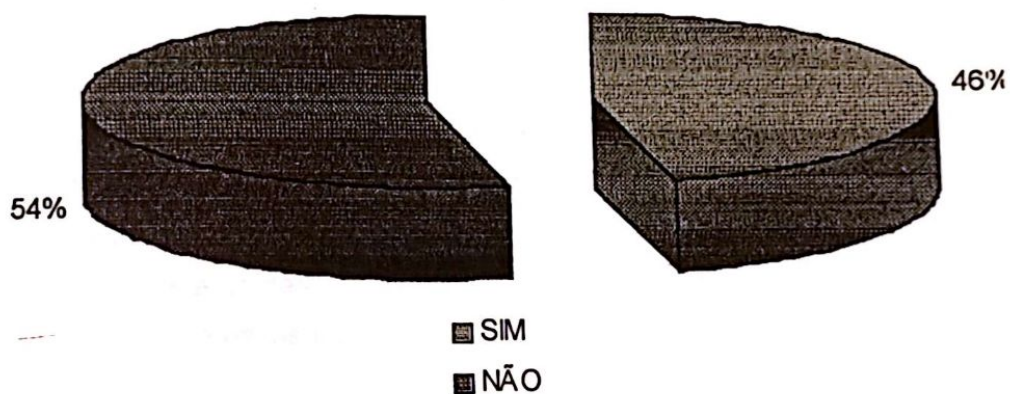
Figura 15 – Gráfico relativo à importância da prática de atividades físicas:



7.5.4 Questão 4

Esta questão faz uma relação entre a prática de atividades físicas e as condições oferecidas pelos vários quartéis existentes na Polícia Militar de Goiás. Perguntou-se portanto, se as unidades a que pertencem os entrevistados ofereciam condições para a prática de atividades físicas. Assim, 46% responderam afirmativamente, enquanto 54% responderam não ser possível a prática de atividades físicas por falta de condições.

Figura 16 – Gráfico relativo à existência de condições para a prática de atividades físicas nas Organizações Policiais Militares (OPM):

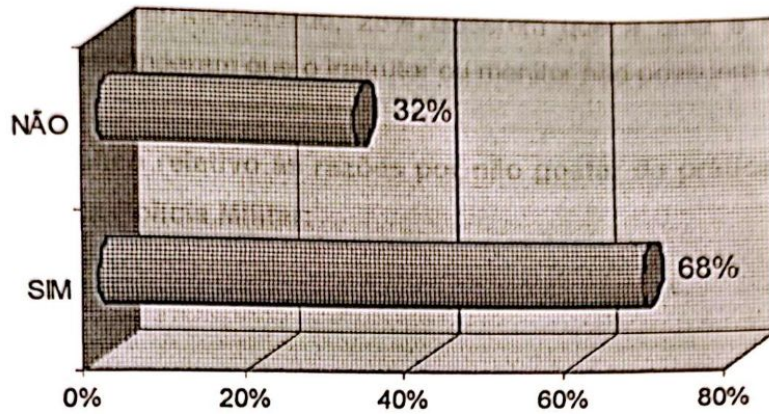


7.5.5 Questão 5

Perguntaram-se se as unidades as quais os policiais militares pertenciam, eram providas de instalações ou locais apropriados que possibilitassem a realização de alguma atividade física.

Obteve-se como resposta que apenas 32% dos quartéis em questão possuem instalações esportivas, enquanto que em 68% dos casos não existe a possibilidade da prática de atividades físicas em virtude da falta de instalações adequadas.

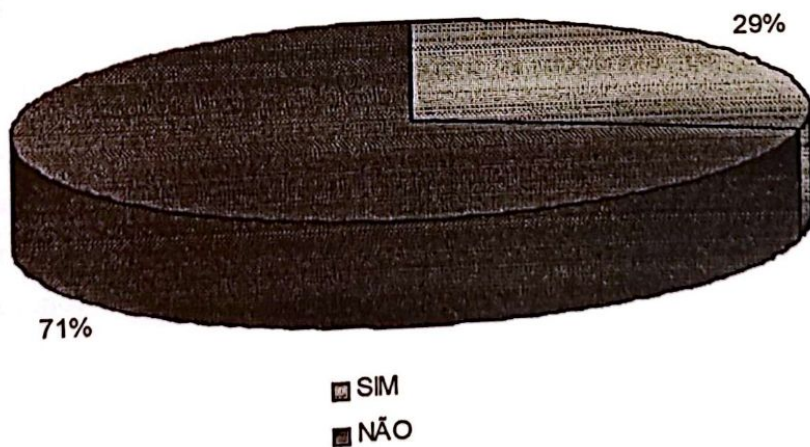
Figura 17 – Gráfico relativo à existência de instalações destinadas a prática de atividades físicas nas OPM:



7.5.6 Questão 6

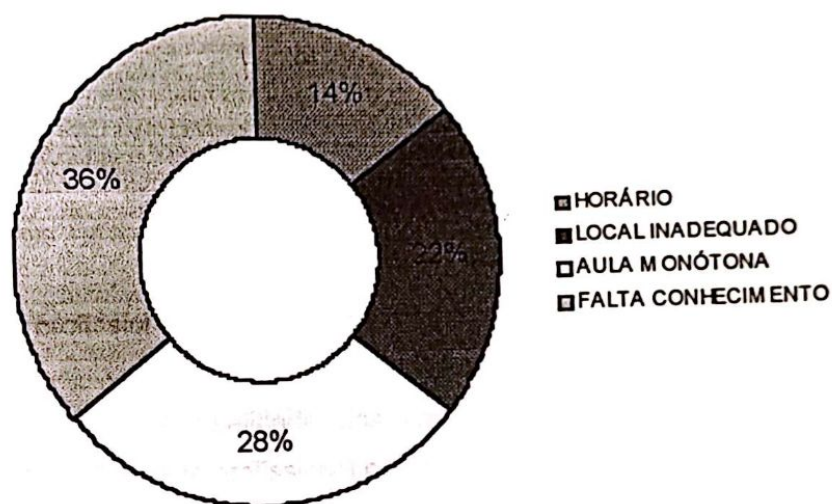
Esta questão refere-se à instrução de educação física na Polícia Militar do Estado de Goiás. Inquiriram-se então se os entrevistados gostam da educação física ministrada nos quartéis. Obteve-se como resposta que 28,6% responderam que gostam, enquanto 71,4% não gostam da instrução de educação física ministrada atualmente.

Figura 18 – Gráfico relativo ao gosto pela educação física ministrada na Polícia Militar:



Perguntaram-se ainda aos que responderam negativamente, os motivos pelos quais não gostam da instrução de educação física ministrada. Como resposta obteve-se que 14,3% não gostam em virtude do horário, 21,4% acham o local inadequado, 28% disseram que a aula é monótona e os demais 35,7% responderam que o instrutor ou monitor não possuem conhecimento.

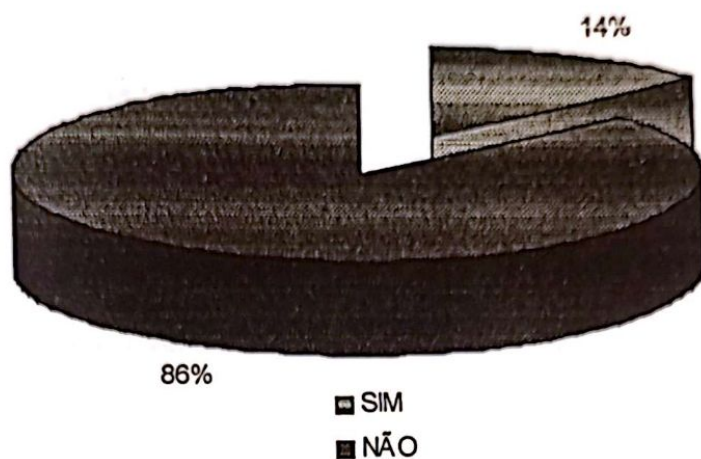
Figura 19 – Gráfico relativo às razões por não gostar da prática de atividades físicas dentro da Polícia Militar:



7.5.7 Questão 7

Referindo-se sobre a docência da Educação Física, questionou-se sobre a existência de um instrutor ou monitor ou que ministrasse instrução nas unidades dos entrevistados. Como resultado, obteve-se que somente 14% dos entrevistados responderam existir, em suas unidades, instrutor ou monitor. Já 86% responderam não existir em suas unidades instrutor ou monitor.

Figura 20 – Gráfico relativo à existência de profissional qualificado para as instruções nas unidades:

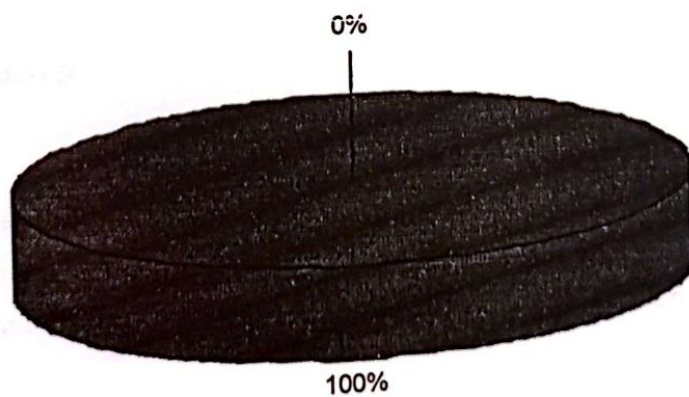


7.5.8 Questão 8

Essa pergunta referiu-se quanto à necessidade da existência de um profissional de Educação Física para desenvolver a instrução.

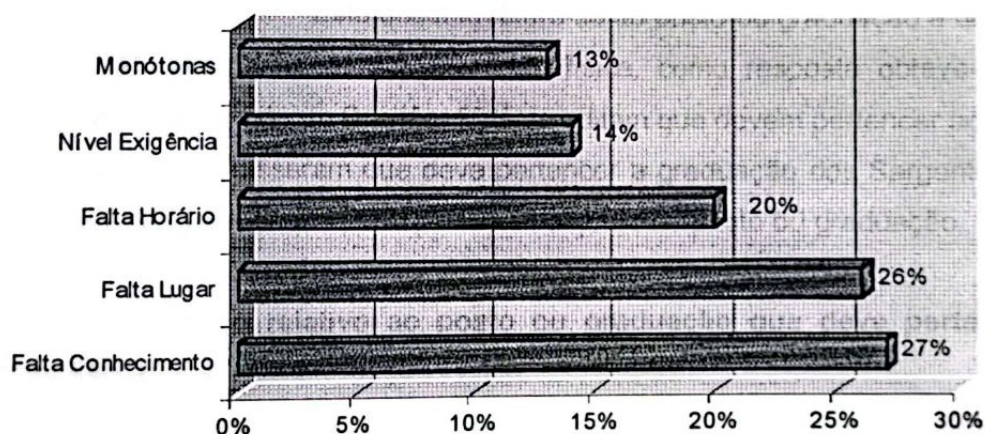
A totalidade dos entrevistados respondeu que acham necessária a existência de um profissional qualificado.

Figura 21 – Gráfico relativo à necessidade da existência de profissional de Educação Física para as instruções:



Ainda perguntando sobre o gosto pela atividade física no quartel, aqueles que responderam não gostar da instrução de Educação Física dentro da Polícia Militar, foram indagados por que razão isso acontecia. Como resposta obteve-se que 27% alegaram falta de conhecimento dos instrutores que ministram a instrução; 26% afirmaram que falta lugar apropriado para a prática; 20% citam o problema da falta de horário específico para a prática de atividades físicas; 14% reclamaram sobre o nível de exigência, que costuma ser muito alto e finalizando 13% dos entrevistados julgaram que as aulas ministradas na Polícia Militar são muito monótonas.

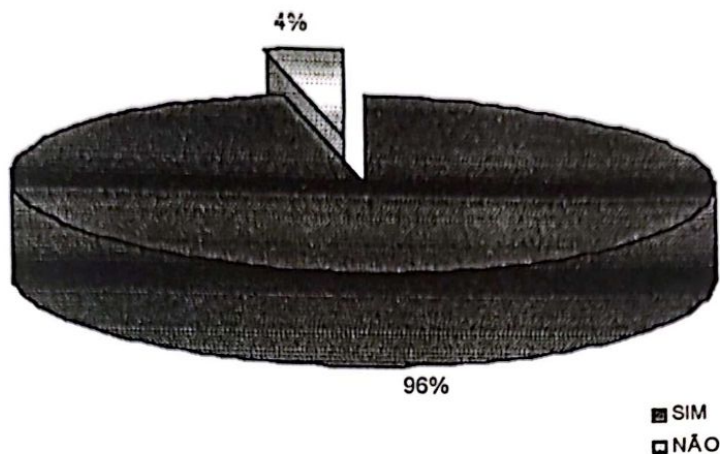
Figura 22 – Gráfico relativo à razão de não gostar da instrução de educação Física:



7.5.9 Questão 9

Referindo-se da necessidade e da aceitação de um curso básico para a formação de um orientador auxiliar para a prática de atividade física dentro das fileiras da corporação, obteve-se como resposta que 96,4% acham conveniente e necessário, enquanto 3,6% não acham necessário.

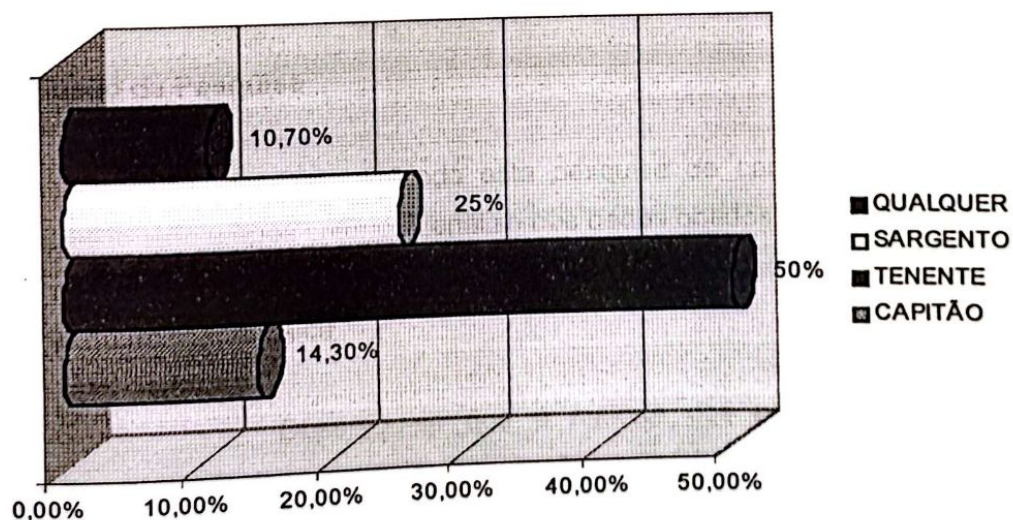
Figura 23 – Gráfico relativo à aceitação do EBEF na Polícia Militar:



7.5.10 Questão 10

Esta questão refere-se ao posto ou graduação a que deve pertencer este orientador auxiliar atividade física, como resposta obteve-se que 14,3% sugeriram o posto de Capitão; 50% acreditam que devem pertencer ao círculo dos Tenentes; 25% disseram que deve pertencer a graduação dos Sargentos e os demais 10,7% disseram que pode pertencer a qualquer posto ou graduação.

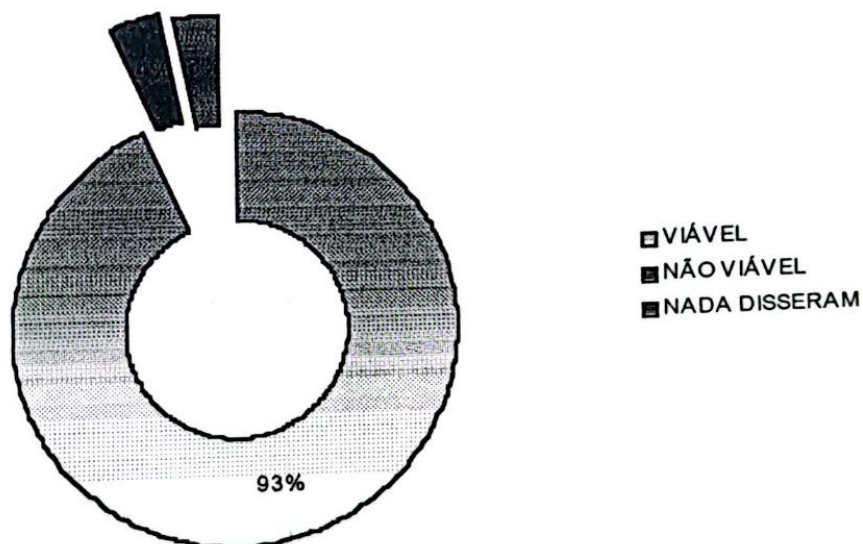
Figura 24 – Gráfico relativo ao posto ou graduação que deve pertencer o instrutor ou monitor de Educação Física:



7.5.11 Questão 11

Referindo-se finalmente quanto à incompatibilidade ou inconveniência de policiais militares, pertencentes a círculos diferentes, frequentarem o EBEF, fazendo parte de uma mesma turma, inclusive em uma mesma sala de aula, obteve-se como resposta que 93% disseram ser viável, 3,6% acham inviável e 3,4% não se pronunciaram a respeito.

Figura 25 – Gráfico sobre a incompatibilidade de policiais militares de círculos diferentes frequentarem o EBEF em uma mesma turma:



7.6 Conclusão da Pesquisa

Contemplando esta pesquisa de campo executada por meio de questionário e após criteriosa análise dos dados obtidos, verificou-se que os policiais militares do Estado de Goiás sentem necessidade e confirmam a importância da educação física.

Observou-se que a maioria dos policiais militares de Goiás pratica alguma atividade física em razão de vários motivos, tais como a manutenção ou melhoria do condicionamento físico, estética, lazer e outros. A minoria, contudo, não pratica nenhuma atividade física.

Não obstante, constatou-se que a totalidade dos policiais referiram-se da importância da educação física. Verificando-se, com isso, um desejo latente, em todos os entrevistados em praticá-la. Porém, a maioria pronunciou-se não gostar da instrução de educação física ministrada nos quartéis. Muito embora, haja alguns praticantes.

Observou-se, então, que a deficiência da instrução de educação física na Polícia Militar de Goiás patenteou-se, principalmente na falta de conhecimento daqueles que se propõem a ministrá-la. Comprovando, nesta oportunidade, a real necessidade de um profissional capacitado, portador de conhecimentos básicos necessários à supervisão de atividades físicas, tornando a instrução mais dinâmica e motivante.

Assim, evidenciou-se a urgente necessidade de proporcionar a oportunidade, aos policiais militares do Estado de Goiás, da aquisição de conhecimentos teóricos e práticos de Educação Física, através de estágio, procurando, acima de tudo, o aperfeiçoamento.

Verificou-se, ainda, que o posto de Tenente e a graduação de Sargento alcançaram maior indicação por parte dos entrevistados, entre todos os outros postos e graduações.

Preocupou-se, ainda, com a incompatibilidade ou inconveniência de existir, em um mesmo curso, inclusive em uma mesma sala de aula, oficiais e praças. ~~sendo que~~ A grande maioria não evidenciou nenhum empecilho.

Desta forma, comprovou-se, com satisfação, que o Estágio Básico de Educação Física (EBEF) alcançou, através da pesquisa de campo, a sábia aprovação dos policiais militares do Estado de Goiás.

CONCLUSÃO

Este trabalho objetivou única e exclusivamente expor à apreciação um conjunto de sugestões pedagógicas em forma de currículo, devendo ser utilizado como instrumento para o aperfeiçoamento de policiais militares do Estado de Goiás no campo da Educação Física.

Destarte, não se teve de forma alguma, a pretensão de sugerir um currículo para um curso superior, uma Licenciatura plena ou Bacharelado em Educação Física, não o é contudo, por incompetência ou ausência de estrutura, mas se o fizesse, desviar-se-ia do interesse principal no momento. Não se pode olvidar que, para tanto, há que se satisfazerem inúmeros requisitos que ora, fogem do objetivo.

Esclareceu-se, assim, oportunamente, que o Estágio Básico de Educação Física (EBEF) não formará profissionais em Educação Física. Formará, sim, policiais militares com conhecimentos básicos e elementares, aperfeiçoando-os de forma a capacitá-los na orientação e auxílio da prática de exercícios físicos, principalmente nos horários de Educação Física previstos no Quadro de Trabalho Semanal (QTS) de suas unidades.

Assim, apresentou-se um rol de disciplinas e conteúdos programáticos e pedagógicos a serem seguidos. Também, toda uma estrutura funcional que, mesmo simples, convém ser observada a fim de proporcionar maior êxito no desenvolvimento do projeto.

Para tanto, evidenciou-se, inicialmente, a realidade da Educação Física atual na Polícia Militar do Estado de Goiás. Constatou-se, então, que os policiais-militares de Goiás esbarram, basicamente, em dois óbices para a prática de Educação Física: o primeiro é a escassez de pessoal qualificado para ministrar a instrução e o outro é de caráter físico, relacionado aos meios, materiais, incompatibilidade de horário e local e outros.

Constatou-se orgulhosamente, durante o trabalho, que o projeto teve ampla aceitação junto aos policiais militares de Goiás. Inferiu-se, mormente, que tenentes e sargentos foram os mais indicados por toda a tropa a frequentar o EBEF (Estágio Básico de Educação Física), notadamente em virtude de serem multiplicadores de conhecimento e destacarem-se numa posição de comando na escala hierárquica, confirmando, desta forma, a relevância e viabilidade deste eminente projeto.

Assim, ao formar-se pessoal qualificado tecnicamente para auxiliar na ministração e execução de exercícios físicos, haverá a oportunidade da complementação da prática de atividades físicas nas diversas unidades da Polícia Militar do Estado de Goiás, que, se não ocorrer com pessoal formado para tal missão, acontecerá de maneira que as necessidades mais urgentes sejam supridas e que critérios sejam estabelecidos para a preparação física dos policiais militares, tão importante para suas atividades rotineiras.

Resgatar-se-á, sem dúvida alguma, pela qualidade da instrução e por seus inúmeros benefícios, a motivação e o interesse da tropa pela Educação Física na Polícia Militar do Estado de Goiás.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBANTI, Valdir J. **Aptidão Física: um convite a saúde**. São Paulo: Manole, 1990;
- _____. **Dicionário de educação física e do esporte**. São Paulo: Manole, 1994;
- _____. **Teoria e prática do treinamento desportivo**. 4ª ed. São Paulo: Ibrasa, 1989;
- BORSARI, José Roberto. **Educação física da pré-escola à universidade**. São Paulo: EPU, 1980;
- BUENO, Francisco da Silveira. **Minidicionário da língua portuguesa**. Edição revista e atualizada por Helena Bonito C. Pereira Rena Signer. São Paulo: FTD, 1976;
- CEREJA, Willian Roberto. **Português: linguagem**. 3ª ed. São Paulo: Atual, 1999;
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindsey. **Nova gramática do português contemporâneo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985;
- GIANNONI, José Francisco. **Avaliação Educacional**. 3ª ed. São Paulo: PMESP, APMBB, 1995;
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1996;
- JÚNIOR, Paulo Ghiraldelli. **Educação física progressista: a pedagogia crítico social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1991;
- POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. **D-4-PM**. 1997.
- POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Guia do aluno do Curso de Educação Física da Polícia Militar**. 1999.

PROCTOR, James O. **Ensinando a ensinar**. Tradução de Ronaldo Sérgio de Biasi. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1963;

RIGUI, Carlos Eduardo. **Reestruturação do ensino de educação no Curso de Formação de Oficiais**. São Paulo: 1990. Monografia da área de Educação Física – Escola de Educação, Polícia Militar do Estado de São Paulo.

SOUZA, Cibele; PINTO, Donizete Alves. **Histórico da Polícia Militar do Estado de Goiás**. Obtida via internet: <http://luziania.com.br/10bpm/pmgo.htm>, 08 set. 2000;

TUBINO, Manoel José Gomes. **Metodologia científica do treinamento desportivo**. 11ª ed. São Paulo: Ibrasa, 1993.

ANEXO A – CALENDÁRIO

Calendário do EBEF 2001

Agosto						
D	S	T	Q	Q	S	S
			01	02	03	04
05	06	07	08	09	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

Setembro						
D	S	T	Q	Q	S	S
						01
02	03	04	05	06	07	08
09	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

Outubro						
D	S	T	Q	Q	S	S
	01	02	03	04	05	06
07	08	09	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

Novembro						
D	S	T	Q	Q	S	S
				01	02	03
04	05	06	07	08	09	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27		29	30	

Legenda

Azul – Início e Término do EBEF

Preto – Aula

Vermelho – Finais de Semana

Verde – Feriados

Roxo – Recesso Escolar

ANEXO B – QUESTIONÁRIO

Tendo em vista a confecção de Monografia para conclusão do Curso de Instrutor de Educação Física, solicito a V.Sª a gentileza de responder as questões abaixo, para serem usadas como fonte de consulta estatística.

Tal questionário será utilizado apenas para a coleta de dados numéricos.

Desde já, agradeço a atenção dispensada.

1º Ten PM SAMUEL ARTHUR BERNARDES

1) Identificação:

Posto/Graduação: _____ OPM: _____ Idade: _____ anos
 Sexo: M F Peso: _____ Kg Tempo de Serviço na PM: _____ anos
 Tipo de Atividade Desenvolvida na PM: Operacional Administrativa

2) Praticar atividade física? Sim Não Quantas vezes por semana? _____ dias
 a) Caso pratique, qual o motivo? Saúde Condicionamento Físico Gosta
 Prescrição Médica Emagrecimento Estética Outro Qual? _____

b) Caso não pratique, qual o motivo? Falta Tempo Não Gosta Se sente mal
 Problemas de Saúde Falta de Incentivo Falta Lugar Outro Qual? _____

c) Gostaria de praticar? Sim Não Em que lugar? Na PM No horário de folga

3) Acha a prática de atividade física importante? Sim Não

4) Sua OPM oferece condições para a prática de atividades físicas? Sim Não

5) Tem local apropriado? Sim Não

6) Você gosta da Ed. Física ministrada na PM? Sim Não

a) Caso não goste, qual o motivo?

Horário Inadequado Local Inadequado Aula muito puxada Aula monótona

Instrutor/monitor não demonstra conhecimento Outro Qual? _____

7) Tem algum instrutor/monitor de Ed. Física que ministre a instrução? Sim Não

8) Você acha necessário que exista um profissional de Ed. Física para desenvolver a instrução? Sim Não

9) Acha conveniente/necessário um curso básico para formação desse profissional em Ed. Física? Sim Não

10) A qual posto/graduação deveria pertencer esse profissional?

Coronel Major Capitão Tenente Sargento Cabo

ANEXO B – QUESTIONÁRIO

Tendo em vista a confecção de Monografia para conclusão do Curso de Instrutor de Educação Física, solicito a V.Sª a gentileza de responder as questões abaixo, para serem usadas como fonte de consulta estatística.

Tal questionário será utilizado apenas para a coleta de dados numéricos.

Desde já, agradeço a atenção dispensada.

1º Ten PM SAMUEL ARTHUR BERNARDES

1) Identificação:

Posto/Graduação: _____ OPM: _____ Idade: _____ anos
 Sexo: M F Peso: _____ Kg Tempo de Serviço na PM: _____ anos
 Tipo de Atividade Desenvolvida na PM: Operacional Administrativa

2) Pratica atividade física? Sim Não Quantas vezes por semana? _____ dias
 a) Caso pratique, qual o motivo? Saúde Condicionamento Físico Gosta
 Prescrição Médica Emagrecimento Estética Outro Qual? _____

b) Caso não pratique, qual o motivo? Falta Tempo Não Gosta Se sente mal
 Problemas de Saúde Falta de Incentivo Falta Lugar Outro Qual? _____

c) Gostaria de praticar? Sim Não Em que lugar? Na PM No horário de folga

3) Acha a prática de atividade física importante? Sim Não

4) Sua OPM oferece condições para a prática de atividades físicas? Sim Não

5) Tem local apropriado? Sim Não

6) Você gosta da Ed. Física ministrada na PM? Sim Não

a) Caso não goste, qual o motivo?

Horário Inadequado Local Inadequado Aula muito puxada Aula monótona

Instrutor/monitor não demonstra conhecimento Outro Qual? _____

7) Tem algum instrutor/monitor de Ed. Física que ministre a instrução? Sim Não

8) Você acha necessário que exista um profissional de Ed. Física para desenvolver a instrução? Sim Não

9) Acha conveniente/necessário um curso básico para formação desse profissional em Ed. Física? Sim Não

10) A qual posto/graduação deveria pertencer esse profissional?

Coronel Major Capitão Tenente Sargento Cabo

ANEXO C – FOTOS DAS INSTALAÇÕES

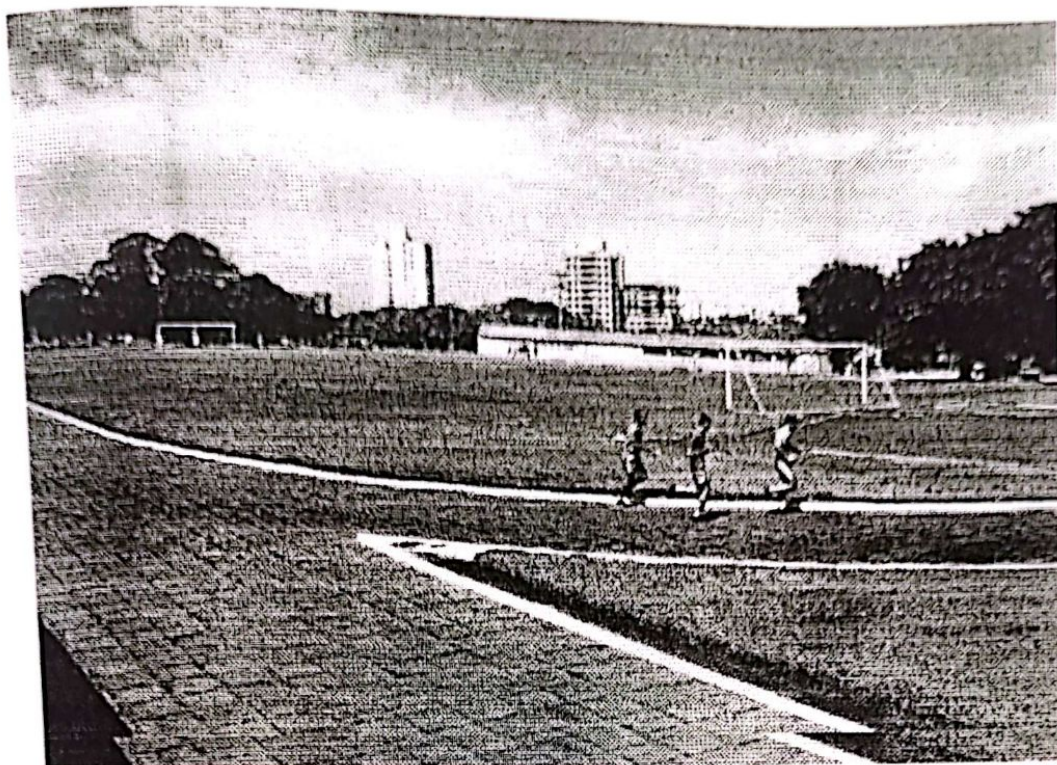


Ginásio Poliesportivo – Visão Externa

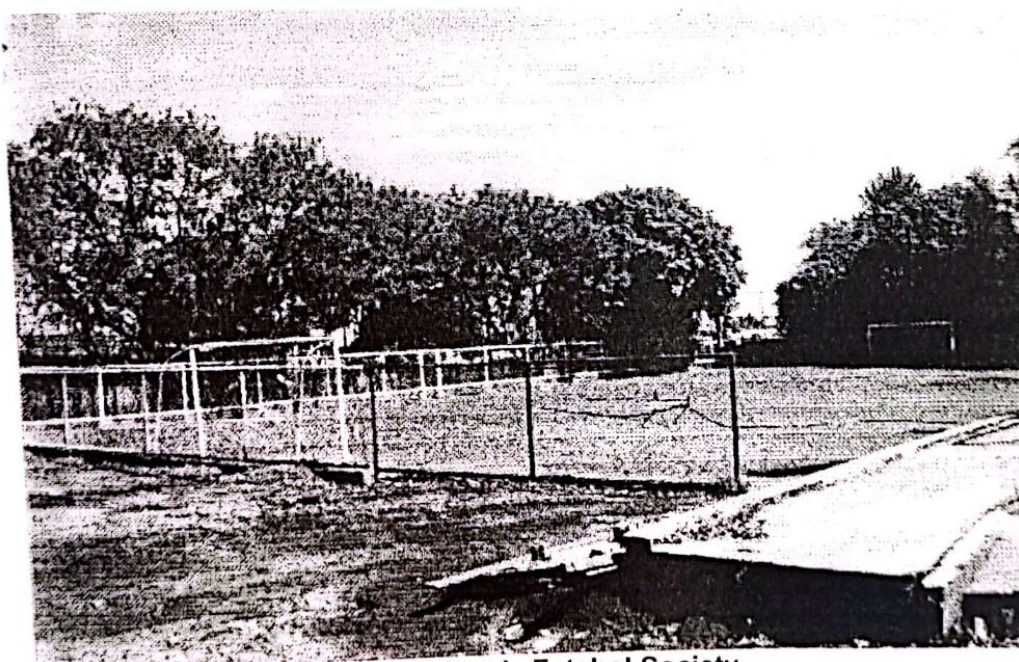


Ginásio Poliesportivo – Visão Interna

Continuação do ANEXO C

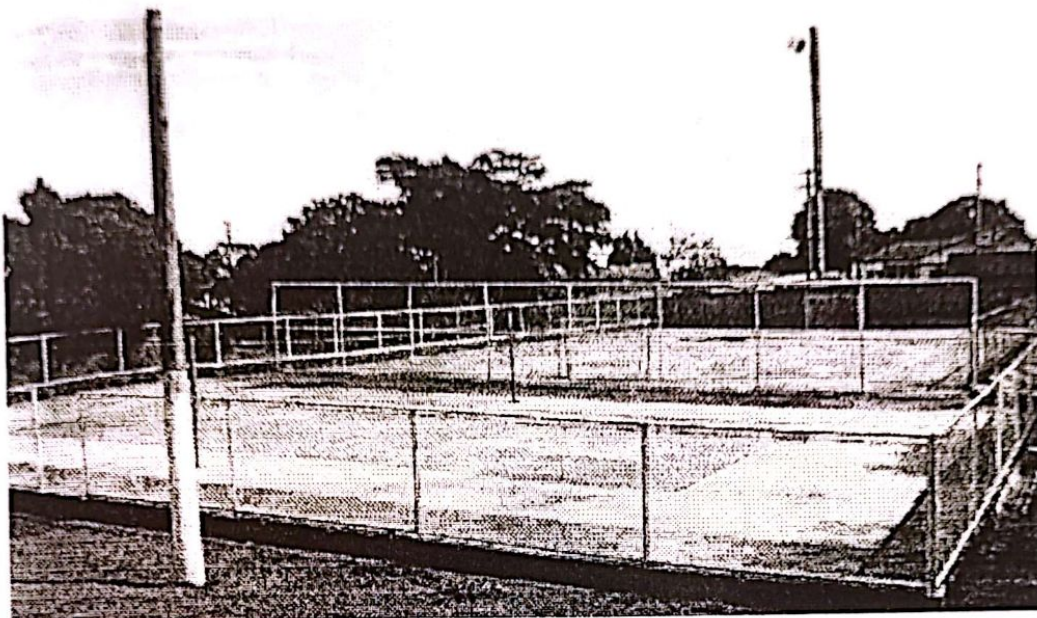


Campo de Futebol

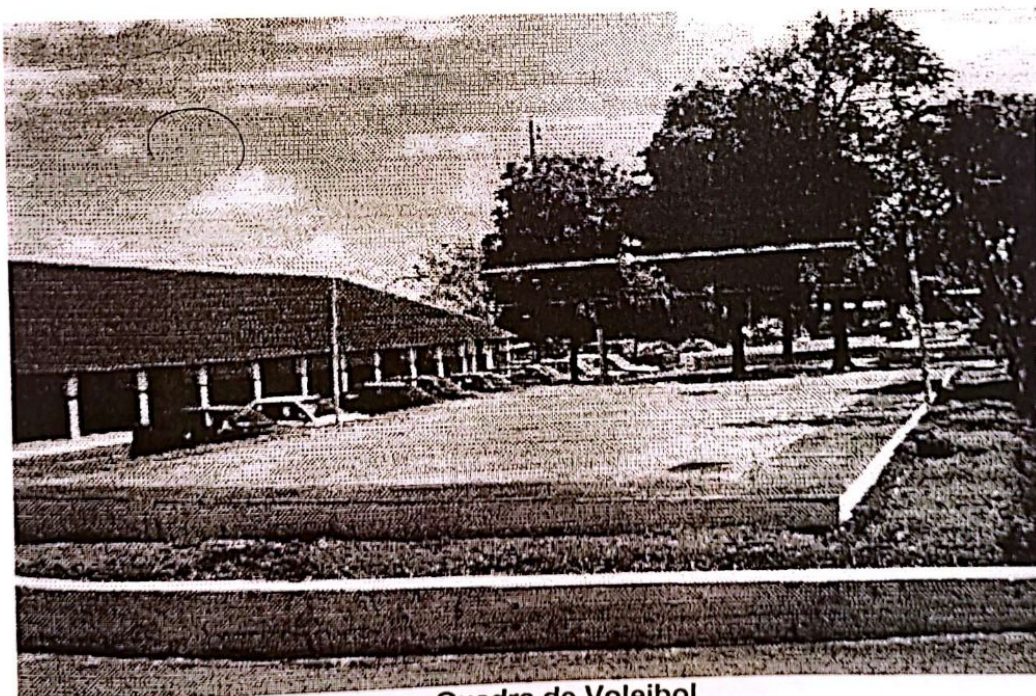


Campo de Futebol Society

Continuação do ANEXO C

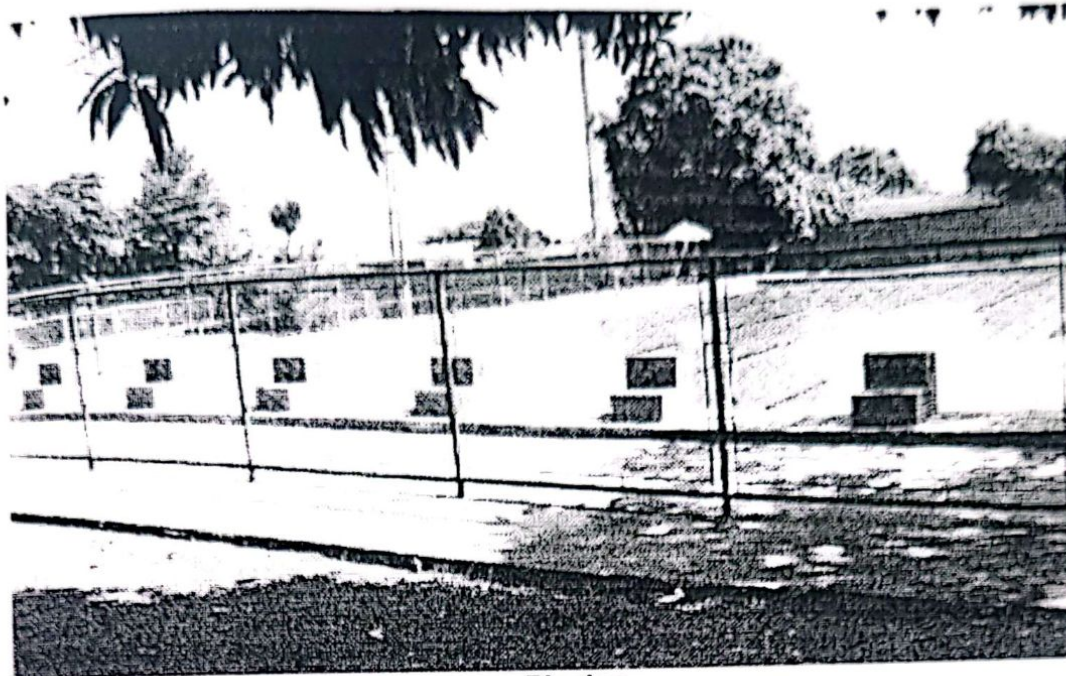


Quadras Externas



Quadra de Voleibol

Continuação do ANEXO C



Piscina



Pista de Atletismo

ANEXO E - BREVÊ DO EBEF



ANEXO F - CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO EBEF



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR



CERTIFICADO

*CERTIFICAMOS QUE
CONCEITU COM APROVEITAMENTO O ESTÁGIO BÁSICO DE
EDUCAÇÃO FÍSICA (EBEF), REALIZADO NO PERÍODO DE 01/AGOSTO A
25/AGOSTO*

GOIÂNIA, 26 DE AGOSTO DE 2001.

SAMUEL ARTHUR BERNARDES
1º Ten PM - Coordenador EBEF

Ten Cel PM - Cmt APM

Cd PM - Diretor DE P

EPIDEMIOLOGIA – Ramo de ciência que trata das epidemias, suas causas, natureza, sintomas, resultado etc.

FISIOPATOLOGIA – Ciência das funções fisiológicas durante a doença, ou das modificações dessas funções, pela doença.

FISIOTERAPIA – Aplicação de agentes físicos e mecânicos (como massagens, exercícios, águas, luz, calor, eletricidade), no tratamento das doenças.

GOYAZ – Antigo nome de província onde foi fundada a cidade de Goiás, primeira capital do estado de Goiás.

HOMEOSTASIA – Lei dos equilíbrios internos que rege a composição e as reações físico-químicas que se passam no organismo e que, graças a mecanismos reguladores, são mais ou menos constantes. É o que acontece com o teor, no sangue, de água, sais, oxigênio, açúcar, proteínas e graxos, o mesmo se verificando com a reserva alcalina do sangue e temperatura interna.

LINFA – Líquido coagulável amarelo-claro, transparente, ou opalino, de reação alcalina, que contém corpúsculos incolores (leucócitos) e que circula nos vasos linfáticos e nos espaços intercelulares.

RETRETA – Audição de uma banda em praça pública. Toque de música, nas praças públicas, por bandas, geralmente militares.

